



55 **da Ata da Quadragésima Reunião Ordinária do CONSEMA.** Palavra à disposição. **Sr. Lúcia**  
56 **Ortiz:** Uma pequena participação, na p. 6, linha 272, onde está escrita “rede de ONGs da mata nativa”  
57 seria “rede de ONGs da Mata Atlântica”. **Sr. Presidente:** Ok, incorporado. Como trata-se de uma Ata  
58 de um período atípico, várias pessoas estiveram de férias neste período, se houver alguma alteração  
59 mais significativa pode ser encaminhada diretamente à Secretaria Executiva que será feita a correção.  
60 Com isso aprovamos a ATA, com a modificação trazida pela Conselheira Lúcia. Passamos, de  
61 imediato, a habilitação de Municípios, referindo a presença do Jackson, que é o Presidente da Câmara  
62 Técnica, do Eugênio, membro da Câmara Técnica. Convidamos o Eugênio para fazer parte da Mesa e  
63 apresentar os pareceres. São quatro Municípios: Santa Clara do Sul, Caxias do Sul, Encantado e  
64 Harmonia e os pareceres foram distribuídos aos senhores agora na reunião. A idéia é que façamos  
65 uma apresentação global, e, se for necessário algum esclarecimento ou particularidade, abrimos para  
66 uma abordagem mais global do assunto. **Sr. Eugênio Spengler:** Boa-tarde a todos. Rapidamente,  
67 sobre os quatro Municípios, que estão sendo apresentados para serem habilitados no dia de hoje. Na  
68 opinião e avaliação da Câmara Técnica deste Conselho, constatamos que todos eles, pela apresentação  
69 dos documentos, e, até dados colhidos por meio de conversa com os representantes destes Municípios,  
70 entendemos que todos estão aptos para exercerem o processo de licenciamento e o processo de gestão  
71 ambiental municipal. Então, a Câmara Técnica não vê nenhum empecilho para isso. É importante  
72 salientar que todos os Municípios apresentam corpo técnico responsável pelo licenciamento e pela  
73 fiscalização, como funcionários públicos, e alguns deles ainda têm convênios com universidades ou  
74 outras empresas de consultoria para análise dos processos técnicos. E, de uma forma geral, todos eles  
75 trabalham o plano ambiental com as linhas e apresentando um diagnóstico da situação e as principais  
76 características e as principais ações necessárias para que o Município possa ter um processo de gestão  
77 ambiental e planejamento das ações. Fundamentalmente, em resumo, é isso: a gente coloca-se à  
78 disposição. Só queria salientar um problema que nós estamos enfrentando. Temos, na opinião da  
79 Secretaria, da Comissão Interna da Secretaria, mais quinze Municípios que poderiam estar sendo  
80 apresentados aqui hoje. Contudo, tivemos problemas de “quorum” na Câmara Técnica, por duas  
81 vezes, e não tivemos como avaliar na Câmara Técnica. Na verdade, nós teríamos hoje dezenove  
82 Municípios para serem habilitados. Esse é um problema que estamos enfrentando e que, de fato, está  
83 atrasando, de certa forma, o processo como um todo, porque alguns deles estão com a documentação  
84 completa há quase dois meses. Então, esse é um cuidado que temos, e posteriormente o Jackson, que é  
85 o Presidente da Câmara Técnica deve apresentar alguma coisa, mas, estamos enfrentando esta  
86 dificuldade dentro desta Câmara Técnica. **Sr. Jackson Müller:** Gostaria de fazer uma manifestação  
87 nesse sentido, Sr. Presidente, pois o processo de habilitação dos Municípios para a gestão ambiental  
88 local, tem uma vantagem que também força o Município a encaminhar soluções para alguns  
89 problemas crônicos da realidade do Município, em especial, a questão do resíduo sólido urbano.  
90 Então, na medida que o CONSEMA dá um voto de confiança ao habilitar os Municípios passa-se aí a  
91 desencadear uma intervenção local onde a ênfase que está sendo dada é o tratamento dos problemas  
92 locais pelo Município. Queria fazer um pedido aos representantes das Entidades que compõem a  
93 Câmara Técnica de Gestão Compartilhada, de que procurem orientar o seu titular ou suplente para que  
94 compareçam às reuniões. Hoje nós poderíamos estar habilitando mais dezenove Município, mais  
95 quinze com os quatro que estão indo aqui. Então, é esta uma condição importante, uma maneira que a  
96 gente tem estipulado à administração municipal para que enfoque os seus problemas. E na medida que  
97 se dá a delegação de competência para o Município poder desenvolver a gestão ambiental local,  
98 certamente o meio ambiente tem um ganho significativo nesta questão. **Sr. Presidente:** Palavra à  
99 disposição para esclarecimentos. **Sr. Sérgio Luiz de Carvalho Leite:** Como que a Câmara Técnica  
100 verificou o caráter paritário dos Conselhos? **Sr. Eugênio Spengler:** Nós solicitamos, por parte dos  
101 Municípios, a portaria de nomeação dos Conselheiros, e, consideramos que sendo um documento  
102 oficial assinado pelo Prefeito, até prova em contrário, que é verdadeiro. Se observarem, dentro do  
103 processo, consta a nomeação de cada um dos Conselheiros e a Entidade que ele representa. E aí se  
104 cruza esta portaria com a composição do Conselho aprovada na lei municipal. **Sr. Sérgio Luiz de**  
105 **Carvalho Leite:** O caráter paritário é considerado em relação aos representantes do Município no  
106 Conselho? **Sr. Eugênio Spengler:** A orientação que nós damos às Prefeituras é de que tem que ter no  
107 mínimo 50% de representantes de organismos não-governamentais, independentemente se o  
108 organismo for federal, estadual ou municipal. É esta a orientação. Não é só 50% com relação aos

organismos municipais. É com qualquer órgão federal de qualquer esfera. E é esta a orientação que nós damos e os Municípios que nós visitamos, e até hoje, em contato com os Conselhos não têm apresentado nenhum problema com relação a esta composição. **Sr. Jackson Müller:** Esta, inclusive, é a orientação da Resolução 04, aprovada aqui pelo Conselho, de que tenha esta composição, o mínimo de entidades não-governamentais. **Sr. Alexandre Bugin:** Não é esclarecimento. É só para o Eugênio fazer uma anotação, que imagino que esteja incorreta. No item “g” do Município de Santa Clara. Acho que o Município de Santa Clara apresentou o Plano-Diretor de Santa Clara e não de Ivoti. **Sr. Eugênio Spengler:** Na verdade, usamos um modelo e acabou passando. **Sr. Alexandre Bugin:** Para um consultor, a gente cola e recorta. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Tenho uma solicitação do Conselheiro Geraldo Susin, pois é a primeira reunião que ele está participando, e ele é do Município de Caxias de Sul. Ele perguntou se a gente tinha tido vista ao processo de licenciamento de Caxias do Sul. Dissemos que não tínhamos visto o processo, e ele pediu para que a gente tivesse um tempo e vista ao processo, inclusive porque não foi objeto de apresentação na Conselho Municipal de Meio Ambiente de Caxias do Sul. Então, se não pudesse ser votado hoje o licenciamento de Caxias em função disso, seria importante. **Sr. Presidente:** O pedido de vista é um direito garantido no Conselho e fica à disposição. A Prefeitura de Caxias está presente, o Secretário Frizzo, se quiser dar alguma informação sobre o tema. A palavra fica à disposição também ao Conselheiro Susin. **Sr. Edio Eloi Frizzo:** Posso dar esta informação. Gostaria, Srs. Conselheiros, Sr. Presidente, de, em primeiro lugar, registrar o nosso completo desagravo à indicação do Sr. Geraldo Susin, como representante neste Conselho, que nós temos, diria que quase uma unanimidade da nossa participação no Conselho de Caxias, de que a representação que ele está exercendo não é real, e nada pessoal contra o rapaz, mas ela não significa, pelo menos na nossa Cidade, absolutamente nada. Gostaria de também registrar aos Srs. Conselheiros, Sras. Conselheiras, de que não é verídica a informação de que o Conselho Municipal de Meio Ambiente de Caxias do Sul não participou exaustivamente das discussões de todos os itens requeridos pela SEMA, do ponto de vista de se trabalhar a questão do licenciamento ambiental. O representante agora do Conselho Estadual, Sr. Geraldo, não participa do Conselho Municipal do Meio Ambiente, e eu chamaria o testemunho aqui do Conselheiro, também estadual, que também é Conselheiro em Caxias do Sul, o Vitor Hugo de Lazzer, que participou ativamente das discussões relativas à questão do licenciamento ambiental em Caxias do Sul. Da discussão desde a primeira lei, que traçou a questão da política ambiental em Caxias, a criação do próprio Conselho, a criação das taxas, o trâmite que ocorreu com relação à Câmara de Vereadores, que também atrasou bastante, e dizer também aos Srs. Conselheiros, Sras. Conselheiras, de que nós estamos aguardando desde setembro ou outubro do ano passado quando nós já tínhamos praticamente preenchido todos os requisitos com relação a questão do licenciamento ambiental. Então, se houvesse a possibilidade, e não sei o que diz o Regimento Interno do Conselho, se o pedido de vista é obrigatório, mas solicitaria aos Conselheiros que esse pedido de vista fosse desconsiderado, seria um atraso muito grande para Caxias. E estamos lá com a nossa Secretaria pronta para trabalhar a questão do licenciamento ambiental, formamos várias pessoas, mandamos fazer cursos em vários lugares, fizemos visitas a Novo Hamburgo, Curitiba, fizemos contatos com Minas Gerais, viemos a Porto Alegre, viemos na SEMA buscar subsídios. Então, estamos altamente preparados já para tocar a questão do licenciamento ambiental em Caxias. E não condiz absolutamente com a verdade a informação que o Conselheiro está passando aqui a este Conselho. Muito obrigado. **Sr. Presidente:** Vamos passar a palavra ao Conselheiro Susin, ressaltando que a indicação das entidades ambientalistas é feita pela APEDEMA, e nós recebemos oficialmente essa indicação, e depois passamos a palavra ao Conselheiro Vitor Hugo. **Sr. Geraldo Susin:** Boa-tarde. É uma lástima a gente se conhecer nestas circunstâncias, mas o Secretário do Meio Ambiente já está acostumado a nos atacar, não é de hoje, porque a gente está há muito tempo, como diria Mário Quintana, “nós passarinhos, eles passarão”, e isso é uma realidade, e a gente procura trabalhar, e não é de hoje que trabalhamos na questão ambiental. Ele tem nos acusado não de ONGs, mas de INGs, que são indivíduos, tentando nos desqualificar, mas a opinião é dele, eu respeito, e quero dizer que não é nada pessoal. Mas o que gostaríamos de colocar é que temos um Fórum de Entidades Ambientalistas em Caxias do Sul, que são oito entidades, e nós temos uma nova entidade entrando e uma décima entidade solicitando a entrada, e nós somos o braço organizado do Movimento Ambiental Caxiense, e sobre a questão do meio ambiente temos duas entidades que participam do nosso Fórum, que é a Ecovila e a Rota Verde

163 do Sol, que participam do Conselho. E não é esta a informação que nos passam. E se há um ruído na  
164 comunicação, se há o Lazzer, que inclusive conhece o nosso trabalho, que sabe da seriedade com que  
165 a gente trabalha. Então, infelizmente, nessa condição que a gente se encontra, que conhecemos, e  
166 todos sabemos que o movimento ambiental não é de flores, e é normal, natural, infelizmente, que a  
167 educação passa muitas vezes pela dor e não pelo amor, e esse é um exemplo. E nós estamos  
168 solicitando vista para participar melhor do processo, para contribuir na elevação do nível desse  
169 trabalho. E sem ataques, mas com a vontade que a Secretaria tem tido em derrubar matas, instalar  
170 postos de gasolinas em nascentes de olhos d'água, em instalar autódromos em fontes, mananciais.  
171 Sintetizando esta questão, por isso que nem todos gostam da gente pois vamos contra interesses  
172 econômicos, particulares, e infelizmente estamos aqui para defender uma parte e fazer parte a convite  
173 da APEDEMA. Obrigado. **Sr. Victor Hugo de Lazzer:** Sr. Presidente, prezados Conselheiros. Vou  
174 ater-me especificamente ao pedido de vista do Colega Susin. Este Conselheiro indaga de que em  
175 Caxias do Sul o processo de licenciamento ambiental local para atividades de pequeno impacto não  
176 tivesse passado pelo nosso Conselho do Município. Não concordo com o Conselheiro Susin, e posso  
177 dizer de fonte digna de que participei da reunião onde o Conselho Municipal de Meio Ambiente do  
178 Município aprovou por unanimidade este plano ambiental e evidentemente todas as atividades que  
179 devem ser preenchidas pelo Município para que houvesse licenciamento por parte deste Conselho e  
180 pelas Câmaras Técnicas pertinentes. Acho que todos que têm em mãos os documentos que foram  
181 entregues no início da reunião podem perceber também de que a Secretaria Municipal do Meio  
182 Ambiente do Município de Caxias do Sul foi criada em 1997. De lá para cá um longo trabalho que foi  
183 exercitado pelo próprio Município no sentido de termos a criação do Fundo, que foi criado por uma  
184 lei municipal também no ano 2000. O Conselho está formatado, está sempre se reunindo.  
185 Sinceramente, se houvesse alguma irregularidade não estaria aqui defendendo o Município e a  
186 Secretaria do Meio Ambiente. E tenho certeza também que as Câmaras Técnicas deste Conselho estão  
187 muito bem capacitadas para verificar se este processo tem ou não condições de ser votado. Pediria até  
188 ao representante da FAMURS, que preside esta Câmara Técnica, se na documentação que foi  
189 apresentada não há aprovação da Ata que aprovou a criação do processo de licenciamento municipal.  
190 Ou estava na reunião e passou despercebido e todos que estavam lá passaram por despercebido ou  
191 não estou entendendo exatamente o que estamos fazendo aqui hoje em relação a este assunto. Este  
192 processo era para ter sido votado ainda no fim do ano passado e concordo plenamente com o  
193 Secretário Eloi Frizzo, de que em nível de Câmara de Vereadores de Caxias do Sul, ele poderia ter  
194 sido aprovado inclusive de 2000 para 2001 e não de 2001 para 2002. Sinceramente, não vejo  
195 fundamentação no que está dizendo o amigo Susin, com todo o respeito às ONGs, ao seu  
196 procedimento. Mas, se a questão era de que este processo não passou pelo Conselho Municipal do  
197 Meio Ambiente, é uma inverdade, pois estava lá presente e aprovei exatamente tudo isso que foi  
198 enviado à FEPAM e à Secretaria Estadual do Meio Ambiente que passaram pelas Câmaras Técnicas  
199 deste Conselho. **Sr. Edio Eloi Frizzo:** Só queria fazer um pequeno registro, Sr. Presidente, se me  
200 permite. A Secretaria do Meio Ambiente de Caxias do Sul, não está licenciando absolutamente nada.  
201 E quem licencia ainda é a FEPAM. Portanto, a instalação de postos de gasolina e outras atividades em  
202 Caxias, a competência da Secretaria Municipal do Meio Ambiente é muito restrita, basicamente de  
203 fiscalização. O que ocorre, de fato, é que há uma manifestação da Entidade, chamada ALGA, que o  
204 Conselheiro representa, e que, na realidade, ele é a ALGA, e a ALGA é ele. Aliás, em Canela tivemos  
205 uma palestra de um ilustre promotor que dizia que ele gostava muito de atuar com as Organizações  
206 Não-Governamentais, mas não gostava de atuar com as INGs, com os "Indivíduos Não-  
207 Governamentais", e acho que é o caso do rapaz aí que é Conselheiro. Nesse sentido, por meio da  
208 manifestação do Conselheiro Vitor Hugo de Lazzer e por mais respeito que eu tenha a todas as  
209 Organizações Não-Governamentais e que fazem um excelente trabalho, em Caxias do Sul temos um  
210 fórum, que tenho certeza absoluta que não se reuniu para indicar o senhor Geraldo Susin como  
211 representante de Caxias ou das ONGs para este Conselho e dizer aos senhores e senhoras que nós  
212 estamos já há dois anos trabalhando em cima dessa proposta encaminhada pela SEMA do  
213 licenciamento ambiental na Cidade. De fato, um pedido de vista aqui, tenho certeza, só atrasaria esse  
214 processo em Caxias do Sul. **Sr. Presidente:** Ressaltando que nós solicitamos o Regimento Interno,  
215 para checar o termo de pedido de vista sob a ótica regimental e depois saberemos como encaminhar.  
216 **Sr. Geraldo Susin:** Não cabe ficarem questões de ataque, mas a questão é que as duas entidades que  
217 fazem parte do Conselho não nos repassaram, foi essa a informação, não é que não foi passado, mas é

218 o termo que foi mal colocado. E elas não nos passaram este grau de aprofundamento que gostaríamos  
219 de ver no processo inclusive para conversar com elas do porquê não foi passado, porque estas duas  
220 entidades que citei nos representam no Conselho. E por que não nos foi passado? Porque há está  
221 informação. E existe ruído na comunicação. E os ataques não cabem. E se é a FEPAM que aprova, há  
222 muita documentação expedida pela própria Prefeitura. **Sr. Sérgio Luiz de Carvalho Leite:** Sr.  
223 Presidente, uma questão de ordem aqui na reunião. O que o Regimento diz a respeito da manifestação  
224 de não Conselheiros. Em outras reuniões, muitas vezes, não Conselheiros não são impedidos de se  
225 manifestar. Aqui, nesse momento, está se dando uma acolhida repetida de uma manifestação de um  
226 não Conselheiro para um ataque pessoal a um Conselheiro. E me parece que isso não é regimental,  
227 enfim está questionando inclusive a legitimidade do Conselheiro aqui presente. E me parece que esta  
228 condução não está sendo adequada. **Sr. Presidente:** Em primeiro, Conselheiro Sérgio, nunca tivemos  
229 a obstrução do direito de voto de qualquer participante no Conselheiro no período de 99 para cá,  
230 inclusive, muitas vezes, tivemos convidados com direito a voz que tiveram direito à manifestação,  
231 inclusive porque as reuniões nunca tiveram um número tão elevado de pessoas e que isso trouxesse  
232 prejuízo e o Regimento prevê um certo cuidado quando isso pode trazer prejuízo à dinâmica. No caso  
233 específico, como em todas as habilitações de Municípios, a Prefeitura de Caxias do Sul está presente  
234 aqui como requerente de um assunto a ser avaliado pelo Conselho, portanto, tem direito regimental  
235 garantido de voz, independente do conteúdo das informações e das manifestações que qualquer  
236 convidado, nesse sentido, faria. Todas as Prefeituras que têm o processo em avaliação são convidadas  
237 para a reunião de avaliação desse processo por uma questão lógica. Então, está garantida a  
238 manifestação da Prefeitura de Caxias, como requerente, e está garantida a manifestação do Susin,  
239 como Conselheiro, mesmo que ainda nesta reunião ele não esteja nomeado oficialmente no Diário  
240 Oficial, em função de que isso foi encaminhado recentemente, portanto, ele ainda não está constituído  
241 como Conselheiro, como é de praxe. De qualquer forma, estamos vendo o Regimento, e o Regimento  
242 garante que, no caso de solicitação de vista, é um direito dos Conselheiros a solicitação de vista, que  
243 foi feita pela Conselheira Edi, em nome do futuro Conselheiro Susin, e, no caso de solicitação de  
244 vista, mantida a solicitação de vista, a matéria será retirada de pauta automaticamente, entrando na  
245 reunião seguinte. Portanto, esse é um direito garantido, indiscutível e não se coloca em votação, é  
246 regimental, sem prejuízo dos outros três processos. A Câmara Técnica tem algum esclarecimento  
247 sobre esta matéria? **Sra. Mara Sasso:** Quem está solicitando a vista é a Conselheira Edi? **Sr.**  
248 **Presidente:** A Conselheira Edi solicitou formalmente o pedido de vista, em função de que a ALGA  
249 não foi nomeada oficialmente. A AGAPAN está solicitando formalmente o pedido de vista. **Sr.**  
250 **Alexandre Bugin:** Gostaria de fazer um pedido, e não sei se o restante dos Conselhos aprovariam a  
251 minha sugestão, mas acho que até para contemporizarmos essas questões de prazos e até também  
252 contemporizar o direito da vista. Haja vista que o Geraldo não sabe, ou tem dúvidas em relação às  
253 informações que recebeu ou não, e me parece que a intenção dele é de contribuir, solicitaria à Edi, no  
254 caso, o Geraldo, indiretamente, que se houvesse possibilidade aí pelo Regimento deles fazerem esta  
255 vista e damos continuidade à reunião, e ele se retira com o processo e dá uma verificada no processo,  
256 e se ele tem condições, no prazo de uma hora, retornar e dar um parecer no sentido de que se possa  
257 aprovar ou não. Caso houver o entendimento, por parte dele, da Conselheira Edi de que realmente tem  
258 que ter um prazo maior, é garantia do direito de dar continuidade à vista pelo Regimento. Mas pediria  
259 a ele que tentássemos resolver esta questão da melhor maneira possível, haja vista a necessidade de se  
260 fazer este processo, pois mais um mês e vai ser votado desta forma, e acredito que Caxias do Sul tem  
261 condições, com certeza, é um Município que tem, e se não tiver, nenhum outro Município vai ter.  
262 Então, solicitaria a ele deixar de lado estas questões que são particulares de Caxias do Sul e  
263 trabalhasse em cima da prioridade do CONSEMA que é encaminhar esses processos de  
264 municipalização. **Sr. Jackson Müller:** No processo, Sr. Presidente e Conselheiros, a avaliação é feita  
265 com a documentação e consta no relatório do processo que houve análise da Ata onde esse assunto foi  
266 discutido. Tanto que nós solicitamos ao Secretário que fizesse um contato com a sua equipe em  
267 Caxias e mandasse cópia para cá para confirmar isso que está escrito no relatório. Só gostaria de  
268 pedir, então, se fosse de consenso, que a gente acatasse a recomendação do Conselheiro Bugin e  
269 aprovasse os outros três Municípios e se fizesse uma análise, durante um tempo, e concordo com a  
270 prerrogativa, na medida que também o Município se manifesta buscando esclarecer a dúvida que  
271 agora é a dúvida que leva a pedir vista do processo. Mas há uma preocupação da Câmara Técnica,

272 com os membros que a compõem, de fazer análise do processo completo, exigindo, inclusive cópia  
273 dos documentos que comprovam as reuniões do Conselho e as deliberações destas reuniões. Era isso o  
274 que queria dizer. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Quero dizer que mantenho o pedido de vista. Não é  
275 possível se fazer esta análise agora, pois ficaria prejudicada em relação aos outros pontos da pauta que  
276 gostaria de participar, e acho que o Município de Caxias do Sul poderia esperar até o dia 15 de março,  
277 que são menos de quinze dias, para que a gente pudesse analisar e dar o nosso parecer. **Sr.**  
278 **Presidente:** Está concedido o pedido de vista, direito regimental, à AGAPAN, entrando a matéria  
279 específica – Caxias do Sul, na próxima reunião, e todos os esclarecimentos necessários poderão ser  
280 aportados junto à Câmara Técnica mas o parecer será o parecer do solicitante do pedido de vista a  
281 partir dessa solicitação. Solicitaria, Edi, que tratasse junto ao Jackson dos procedimento formais pois  
282 o processo fica em carga ao solicitante e nós colocaremos o assunto Caxias na próxima reunião, que  
283 pelo nosso calendário é quinze de março. Agradeço a presença do Secretário Frizzo e passo a palavra  
284 para sua manifestação. **Sr. Edio Eloi Frizzo:** Lamentável, profundamente, e gostaria de me desculpar  
285 perante os Conselheiros em razão da agressão, mas estou afirmando aqui a forma mais forte que  
286 manifestei, mas estou interpelando este rapaz judicialmente em Caxias do Sul, em razão de outros  
287 acontecimentos, então, gostaríamos de desculpar perante os Conselheiros, e se usamos algum termo  
288 mais forte, e espero, com sinceridade, que os Conselheiros tenham uma boa convivência com o rapaz,  
289 pois, de fato, mantenho a minha opinião, que não representa absolutamente nada, além dele, enquanto  
290 indivíduo, mas no dia 15, se o Conselho se reunir, estaremos aqui. E estamos entregando para os  
291 senhores o nosso calendário ambiental de Caxias do Sul. Quero que recebam com carinho. Muito  
292 obrigado a todos. Obrigado, Presidente. **Sr. Presidente:** Obrigado, Secretário Frizzo. Passamos à  
293 apreciação dos outros três processos, respectivamente os Municípios de Santa Clara do Sul,  
294 Encantado e Harmonia, que já foram relatados. A palavra está à disposição dos Conselheiros. **Sra.**  
295 **Lúcia Schild Ortiz:** Tenho uma dúvida, olhando rapidamente os processos. Apesar de alguns  
296 Municípios terem um departamento de meio ambiente, um departamento de agricultura, composto por  
297 poucos servidores, eles têm algum convênio para realizar todas as tarefas de fiscalização, de  
298 licenciamento simplificado e tal. No caso de Harmonia, há um engenheiro agrônomo, responsável  
299 técnico, e um agente administrativo e não menciona a existência deste convênio para a realização  
300 dessas atividades com outros órgãos. Então, a minha pergunta é se isso é suficiente e se foi avaliado  
301 pela Câmara e qual é a situação deste Município, especificamente. **Sra. Edi Xavier Fonseca:**  
302 Também fiquei com uma dúvida em relação ao Município de Encantado, que a Câmara Técnica  
303 sugere que seja aprovado, diz que os requisitos foram atendidos, mas, ao mesmo tempo, estava  
304 solicitando uma complementação de formações no que tange à descrição do meio físico, biótico,  
305 caracterizando diferenças nas formações vegetais. E gostaria de saber se isso, de alguma forma, tem  
306 algum prejuízo ou não para o licenciamento ambiental, já que há esta ressalva. E gostaria que a  
307 Câmara se manifestasse em relação a esta ressalva que foi dada. **Sr. Eugênio Spengler:** Com relação  
308 ao Município de Harmonia. A Resolução 04, no item “c” não estabelece número, e diz que tem que  
309 haver responsável técnico pelo licenciamento ambiental. Estamos adotando como critério, que o  
310 Município apresente um responsável, apresente portaria de nomeação, e, estamos considerando que a  
311 responsabilidade sobre o licenciamento pode ser exercida por essa pessoa. É óbvio que tem toda a  
312 orientação de que, dependendo da demanda, ele precisa de análise de outros profissionais e o  
313 Município, ou por meio de consórcios ou por meio de convênios, acaba suprimindo essa necessidade.  
314 Esse é o entendimento da Câmara Técnica. Na verdade, exigimos a comprovação do responsável  
315 técnico, e não da equipe toda. Os Municípios têm enviado equipe, mas a nossa solicitação é com  
316 relação ao responsável técnico, que é o caso aqui. E na interpretação da Câmara Técnica, ele cumpre  
317 isso. Com relação ao Município de Harmonia, recorro bem quando foi discutido por este Conselho,  
318 no início do processo de habilitação, o caráter do plano ambiental, que, na verdade, o entendimento  
319 que se teve, em uma das reuniões deste Conselho, é de que dificilmente o Município teria, no início  
320 do processo, condições de ter um plano ambiental completo. O que estamos considerando para dizer  
321 se o Município tem ou não condições de iniciar esse processo de licenciamento? Se ele apresenta um  
322 diagnóstico mínimo da situação municipal. As perspectivas e as principais ações que o Município  
323 pretende desenvolver e as principais características. Nós sabemos que se formos basear o nosso  
324 parecer exatamente sobre aquilo que é solicitado pela 011 deste Conselho, teríamos dificuldade em  
325 habilitar qualquer Município deste Estado. Este Conselho colocou em reunião a idéia de que o plano

326 ambiental é processo, e faz parte de um processo de construção do sistema estadual e do processo de  
327 descentralização como um todo. Então, diante disso, mesmo com a falta de alguns itens que  
328 elencamos, temos entendimento que o Município tem capacidade de iniciar este processo. Temos que  
329 acreditar que o Município é capaz e que ele tendo Conselho Municipal de Meio Ambiente, o  
330 Conselho deve exercer a sua competência de fiscalizar e de fazer parte do processo de construção  
331 disso. Se o Município aprova o plano, se o Conselho Municipal de Meio Ambiente aprova o plano é  
332 porque alguma discussão houve e essas pessoas são capazes de entender essa opinião do Conselho.  
333 Esta aprovação do Conselho para nós é uma demonstração mais clara de que o Município está  
334 realmente construindo este processo. **Sr. Alexandre Bugin:** Só para complementar este assunto, até  
335 colocado pela Conselheira Lúcia, em relação à portaria, essa habilitação tem um tempo inclusive que  
336 é acompanhado pela Secretaria no sentido de cumprimento destas questões? A questão do plano, não  
337 impede que se definam prazos para serem cumpridos esses itens que estão sendo solicitados a  
338 complementação. Acho que isso é importante, e que seja estabelecido um prazo, mesmo dentro das  
339 condições do Município, mas acho que é um critério que tem que ser pensado, que seja feita esta  
340 complementação com prazos estabelecidos, haja vista que o processo em si não está completo. Outra  
341 questão importante é que pode ser feito, com relação ao Município de Harmonia, e aí vem uma  
342 preocupação e eu concordo, do corpo técnico, um responsável técnico, mas de repente surge alguma  
343 atividade a ser licenciada que essa pessoa não tenha habilitação e capacidade e o Município tem que  
344 mostrar condições de atender até o prazo, em termos e licenciamento, uma forma de conseguir fazer o  
345 licenciamento. Pode-se proceder a habilitação, sem problema nenhum, mas solicitar ao Município que  
346 apresente, em um prazo estabelecido, algum tipo de convênio para atender alguma necessidade que  
347 surja durante algum processo de licenciamento de um corpo técnico mais especializado, como tem  
348 sido os outros por meio de convênio com universidades ou enfim, com alguma outra entidade. Este  
349 tipo de situação se pode prever por meio do cumprimento de prazos estabelecidos. **Sr. Jackson**  
350 **Müller:** Alguns esclarecimentos importantes para os Conselheiros. Pela organização hoje, da  
351 distribuição dos Municípios dentro da realidade estadual, temos uma conformação em associações  
352 regionais. Por exemplo, a Associação dos Municípios do Vale do Taquari tem como característica um  
353 convênio que atendeu 32 Municípios daquela região. Já o Município de Harmonia faz parte de uma  
354 outra associação regional onde não há uma universidade ainda com estruturação para este processo.  
355 Mas há um interesse muito grande, em reunião que tivemos no mês de janeiro, com os Prefeitos da  
356 região, de que a Universidade Regional, inclusive a própria Universidade de Caxias do Sul, com um  
357 posto avançado que está fazendo na região do Vale do Caí, se prepara para este processo de  
358 formatação de convênios. Então, é um processo de crescimento, de construção onde o Município vai  
359 se qualificando. Mas também uma forma que a gente pode tranquilizar os Conselheiros, os  
360 Municípios que estão sendo habilitados hoje, estão sendo habilitados para atender o licenciamento das  
361 atividades consideradas de impacto local, previstas na Resolução 05. Dentro da experiência que nós  
362 vivenciamos ao longo destes nove anos de licenciamento junto aos Municípios, e são atividades  
363 relativamente simples que o Município está se habilitando. No caso da necessidade do técnico da  
364 Prefeitura em uma análise mais detalhada, ele pode contratar este serviço nos molde do que a própria  
365 FEPAM faz quando falta um profissional de uma determinada área de atuação. Mas, esta não tem sido  
366 a regra do processo. A regra é licenciar pequenos empreendimentos que têm impactos somados  
367 quando não controlados, e que podem ser tranquilamente gerenciados pela estrutura que o Município  
368 de Harmonia possui, até por ele ser um Município bastante pequeno. Então, há também um interesse  
369 da própria FAMURS em acompanhar este processo. A Câmara Técnica tem feito visitas aos  
370 Municípios credenciados para verificar com é que o processo vem andando por meio da Comissão de  
371 Municipalização da SEMA. Então, estamos fazendo um acompanhamento sistemático desta  
372 experiência, até porque é um entendimento nosso, que ela tem que ser uma experiência exitosa, e ela  
373 só vai ser exitosa se houver o acompanhamento sistemático, a responsabilização do Município, até  
374 porque assinar uma licença hoje é uma coisa bem complicada. Você está dando autorização para um  
375 empreendimento funcionar. A primeira pessoa que o promotor vai chamar, no caso de uma  
376 desconformidade legal, é quem assinou a licença, e esta responsabilidade existe, e por meio da  
377 Comissão da SEMA também se acompanha este processo. É mais para tranquilizar e prestar este  
378 esclarecimento. **Sr. Paulino Olivo Donatti:** Somos daquela região, onde dentro desses quinze  
379 Municípios, há mais Municípios desta região, e pequenos Municípios estão dentro dos quinze, que a  
380 gente está sabendo. E lá naquela região, esses pequenos Municípios de quarenta e cinquenta

381 quilômetros quadrados, com três a quatro mil habitantes, o que eles fazem? Eles têm até um consórcio  
382 entre si. Um Município contrata um profissional de uma área, outro tem de outra contratada, e quando  
383 um precisa, ele pede ajuda para o outro Município. Inclusive, a própria UCS, Unisinos, está dando  
384 grande aporte àquela região, onde em Salvador do Sul eles têm um grande colégio, e onde a UCS está,  
385 entre São Sebastião do Caí e Portão, e eles têm aquela extensão lá. Então, os pequenos Municípios  
386 desta região fazem um consórcio e eles atendem sempre esta área técnica aí. **Sr. Eugênio Spengler:** A  
387 Câmara Técnica definiu um tipo de padrão. E os senhores poderão observar que nos próximos  
388 Municípios a serem habilitados terão relatórios muito parecidos, e nós definimos um padrão, e isso é  
389 uma regra que a Câmara Técnica definiu para análise dos processos. Então, não é uma avaliação do  
390 Município “x” ou “y”, mas é uma regra que a Câmara Técnica definiu para tocar. Só queria ressaltar  
391 duas questões importantes: além deste processo de acompanhamento que estamos iniciando junto aos  
392 Municípios, e quero dizer que é acompanhamento, pois como o processo de licenciamento é de  
393 competência municipal, não cabe a fiscalização e o controle do órgão estadual, e sim a idéia de  
394 sistema onde há a troca de informações e ajuda constante para que o processo funcione como sistema  
395 de fato. E esse é um detalhe importante. Mas estamos fazendo um processo de acompanhamento e de  
396 apoio aos Municípios. E ele tem que ser aperfeiçoado. E há um processo de capacitação no Estado,  
397 que está em andamento, que no ano passado nós capacitamos 81 Municípios e neste primeiro  
398 semestre, com início em abril, temos vaga para mais duzentos Municípios. Este curso de capacitação  
399 também instrumentaliza os técnicos municipais e as pessoas dos Municípios no sentido de permitir  
400 que eles estruturam melhor os organismos locais, o sistema municipal, de uma forma mais abrangente.  
401 Então, o entendimento que nós temos, enquanto Câmara Técnica, e mesmo enquanto Secretaria, de  
402 que o processo está sendo construído com bastante responsabilidade pelos Municípios. É óbvio que  
403 ele tem que ser aperfeiçoado. Entendo que as sugestões dadas pelos Conselheiros devem ser levadas  
404 em consideração na correspondência e na relação com os Municípios, no sentido de estabelecer uma  
405 relação e talvez algum prazo para complementação disso, mas há este cuidado sim, por parte da  
406 Câmara Técnica. **Sr. Presidente:** Vamos passar para a fase deliberativa. Na próxima reunião, além do  
407 processo de Caxias, deveremos ter mais Municípios para licenciamento. E seria interessante que a  
408 Câmara Técnica se reunisse com dois meses de antecedência em relação ao CONSEMA para fazer o  
409 relatório a ser avaliado. **Sr. Sérgio Luiz de Carvalho Leite:** Sr. Presidente, um pequeno  
410 esclarecimento: o caráter de impacto local, quem vai determinar isso é o Município ou pode ser  
411 questionado pelo órgão estadual? **Sr. Eugênio Spengler:** O caráter de impacto local está definido na  
412 Resolução 05 deste Conselho, de 1998, estabelecendo as atividades e os portes. Então, isso já está  
413 estabelecido pelo Anexo I da Resolução 05 de 1998 deste Conselho Estadual de Meio Ambiente. **Sr.**  
414 **Alexandre Bugin:** Só a título de sugestão, Presidente, até porque na minha empresa tivemos a  
415 experiência, que eu sabia, pois, participei aqui de uma aprovação, de habilitação de um Município, e,  
416 questão de dez dias depois nós precisamos fazer um licenciamento de caráter local e o técnico, que  
417 seria a pessoa responsável, não tinha nem conhecimento ainda, e disse que não era ele que fazia, mas  
418 a FEPAM. Acho importante fazer-se esta divulgação, via internet, dos Municípios que estão sendo  
419 habilitados, porque vai haver muita confusão e dúvidas a respeito das responsabilidades. **Sr.**  
420 **Presidente:** O Eugênio informa que, na verdade, nesse caso, o que aconteceu é que há uma distância  
421 de prazo entre o momento que o Conselho aprova e a publicação no Diário Oficial. **Sr. Alexandre**  
422 **Bugin:** Naquele caso, foi que o Secretário de Meio Ambiente não tinha feito ainda internamente no  
423 Município a questão administrativa, já estava tudo oficializado. **Sr. Presidente:** Após a publicação,  
424 há um procedimento formal de comunicação ao Prefeito sobre a decisão do Conselho. **Sr. Alexandre**  
425 **Bugin:** Para o público que vier a fazer o licenciamento tem que haver uma informação mais rápida, no  
426 sentido de quem é quem. **Sr. Presidente:** Nós vamos criar nova página da Secretaria, onde vai ter um  
427 box do Conselho, vamos criar uma lista específica com a lista dos Municípios credenciados. **Sr.**  
428 **Alexandre Bugin:** Acho importante. **Sr. Presidente:** Vamos apreciar em bloco os três processos.  
429 Não tivemos nenhuma manifestação de contrariedade. Vamos colocar em apreciação. Há desejo de  
430 que seja feita votação? Aprovado por consenso. Aprovamos três Municípios e Caxias do Sul fica para  
431 a próxima reunião. Vamos passar ao próximo ponto de pauta. **2 – Relato Rio+10, mais III Fórum**  
432 **Mundial de Ministros do Meio Ambiente (Cartagena).** **Sr. Presidente:** Convidaria a representação  
433 da APEDEMA para compartilhar o relato conosco. Nós incluímos este ponto como informe pois  
434 cremos que seja do interesse de todos ter um conhecimento básico sobre este assunto, e também, além

435 do evento de Porto Alegre, incluímos informação sobre o Fórum Mundial de Ministros em Cartagena,  
436 que tem relação com o processo de preparação da Rio+10. Como é de conhecimento de todos, os  
437 Conselheiros receberam convite, realizamos junto ao Fórum Social Mundial, no final de janeiro, uma  
438 parceria do Governo do Estado, Prefeitura de Porto Alegre, APEDEMA/RS e Fórum Brasileiro de  
439 ONGs e Movimentos Sociais para o Desenvolvimento, um evento discutindo os pontos que nós  
440 consideramos mais relevantes em torno da Rio+10 e que tinha dois objetivos centrais: o primeiro,  
441 reforçar a pauta de sustentabilidade do Fórum Social Mundial e o segundo, levantar algumas  
442 contribuições ao processo preparatório da Conferência de Johannesburgo, que será em setembro, no  
443 sentido de fortalecer, sobretudo uma contribuição da sociedade civil e de governo subnacionais e  
444 locais neste processo, uma vez que em geral este processo tem sido um processo mais voltado às  
445 organizações internacionais e aos governos nacionais. Este evento teve a representação de cerca de  
446 mil delegados de 40 países, e nós fizemos um primeiro balanço, ainda muito preliminar, entre os  
447 organizadores, positivo, sobre a qualidade dos debates e o conjunto de articulações no evento em si, e  
448 ele teve uma presença muito importante aqui que foi a presença do Diretor-Geral do Programa das  
449 Nações Unidas para o Meio Ambiente na América Latina, e desse evento resultou um manifesto-  
450 síntese que foi distribuído amplamente no Fórum Social Mundial, com uma grande repercussão, tanto  
451 em nível nacional quanto internacional, sendo que, também nós, tivemos uma manifestação de  
452 divulgação do manifesto que teve uma repercussão internacional maior do que a repercussão nacional,  
453 em veículos importantes, em agências importantes como a France Press e o New York Times. O  
454 manifesto resultante do evento está aqui, e peço ao Renzo que passe a todos, e a partir deste evento  
455 abrimos uma série de contatos com vista ao processo da Rio+10 e também já deixamos um indicativo  
456 prévio de um diálogo, de uma integração entre as iniciativas que serão feitas no nível nacional, no  
457 processo preparatório brasileiro, tanto no âmbito do Fórum Brasileiro de ONGs quanto no âmbito dos  
458 Municípios e dos Estados, que terão os seus processos e apresentação documentos dentro do processo  
459 oficial brasileiro. Passaria a palavra à Cimara, que foi uma das coordenadoras também deste evento  
460 para complementar e acrescentar a visão da APEDEMA e, também, do Fórum Brasileiro, uma vez que  
461 ambos foram parceiros desse evento. E na seqüência daríamos uma pequena informação sobre o  
462 Fórum Mundial de Ministros que aconteceu no período do carnaval, na Colômbia, em Cartagena. **Sra.**  
463 **Cimara Correa Machado:** Boa-tarde a todos. Diria que esse evento, encontro preparatório à Rio+10,  
464 se diferenciou de tantos outros eventos pois foi organizado pelo Governo e pela sociedade civil, e o  
465 mais importante disso é que foi realmente organizado, todos os detalhes, todos os convites para os  
466 painelistas, saíram após um acordo entre as quatro entidades que estavam organizando este encontro,  
467 desde a organização até a participação, onde dividimos em cotas para que todos fossem beneficiados.  
468 Foi amplamente divulgado o evento e pós-evento. O Manifesto Rio+10 tentamos divulgar para um  
469 número máximo de entidades. Teve o caráter especial de ser realmente entidades participando, e não  
470 eram inscrições por pessoas, para que abrangêssemos um maior número possível de pessoas, pois  
471 estariam representadas pelas entidades. Foi um evento que conseguimos convidar grandes pessoas,  
472 respeitadas no mundo inteiro, vários painelistas de renome internacional, fazendo um debate bem  
473 elevado, e acredito que o Rio Grande do Sul ganhou e bastante, por ser aqui este evento. E todos nós  
474 ganhamos. E o movimento ecológico gaúcho, como precursor do movimento ecológico nacional, mais  
475 uma vez foi precursor na organização de um evento deste nível. Acho que realmente todos saímos  
476 beneficiados e tantos outros congressos e outras atividades podemos organizar em conjunto, e  
477 mostrou um respeito do Governo pelo movimento, que é bem interessante. Desejamos que siga esta  
478 relação. **Sr. Presidente:** Em termos de complementação é uma coisa que vamos discutir na seqüência,  
479 e nós nos decretamos um recesso, pós-Fórum, pelo cansaço, mas duas questões centrais: uma, a  
480 intenção de muitas entidades internacionais de subscreverem o Manifesto e a idéia da gente discutir  
481 um mecanismo de adesões ao Manifesto em nível internacional. Isso já foi tratado na reunião de  
482 Cartagena, foi reforçada esta intenção, e vamos, em uma reunião de trabalho, definir isso melhor. E a  
483 outra, a produção de um relatório mais detalhado, trazendo a síntese das discussões, e cada Mesa teve  
484 Relatores, e que será transformada em uma publicação e o processo de confecção do relatório já está  
485 bastante avançado e devemos ter aí um prazo curto para, além do manifesto, também esta outra  
486 síntese, que não necessariamente, é uma síntese de consensos, e ela vai considerar o conjunto das  
487 manifestações inclusive as divergências trazidas pelas várias visões dos painelistas. **Sra. Lúcia Schild**  
488 **Ortiz:** Seria interessante além do Manifesto, os textos básicos. **Sr. Presidente:** Vamos providenciar.  
489 **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Gostaria de acrescentar ao excelente relato de vocês, que o Manifesto foi

490 extremamente importante, apesar de modesto, em função do tempo que a gente teve para elaborar,  
491 mas ele foi extremamente importante porque ele repercutiu, de forma muito positiva, durante o Fórum  
492 Social Mundial, e mostrou uma organização das ONGs e o movimento social junto com os governos  
493 municipal e estadual, um peso que se dá no nosso Estado, da discussão das questões ambientais. Acho  
494 que isso foi extremamente importante, e acho que teve uma visibilidade muito grande, haja vista a  
495 procura que teve, pelo Manifesto em si, mas também por todo o material que foi divulgado dentro do  
496 Pré-Fórum. E outra coisa importantíssima que aconteceu, é ter acontecido antes do Fórum Social  
497 Mundial, nos três dias que antecederam o Fórum Social Mundial, e que circularam milhares de  
498 pessoas que vieram para o Fórum, aproveitaram este espaço e já circularam no Pré-Fórum e já se  
499 informaram das coisas que estavam acontecendo, e viram que tinha uma harmonização, importante,  
500 significativa, discutindo questões ambientais específicas. Outra coisa que a Cimara falou, mas  
501 gostaria de ressaltar também, o alto nível dos nossos palestrantes, que foi um esforço extremamente  
502 grande de trazer pessoas de outros Países, mas que tivessem uma bagagem ambiental importante para  
503 nos dizer. E isso nós conseguimos, tanto os internacionais como os locais, vamos dizer assim, que  
504 houve vários outros palestrantes locais extremamente importantes também. Era isso que queria deixar  
505 registrado. **Sr. Presidente:** Esse acréscimo que a Edi traz, de toda a repercussão do Manifesto dentro  
506 do Fórum é muito importante. De fato nós não tínhamos dado a importância devida. Complementando  
507 também, nós participamos, no período do carnaval, na condição de representantes da ABEMA –  
508 Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente, por meio da presença do Dr. Nilvo,  
509 no Fórum Mundial de Ministros de Meio Ambiente que aconteceu em Cartagena, na Colômbia. Mas,  
510 na verdade, descobrimos essa informação diretamente por meio do PINUMA, pela presença do Dr.  
511 Sanchez aqui, e o governo brasileiro não havia aportado essa informação, e havia um fórum paralelo  
512 de ONGs, o Fórum brasileiro esteve lá também, mas nós conseguimos então participar como membros  
513 oficiais da delegação brasileira no evento, e foi um evento com a presença de cerca de 180 ministros,  
514 um evento bastante denso, do ponto de vista político. A nossa representação era a única representação  
515 não nacional, quer dizer, a única representação regional, somando regional e local, era a ABEMA. E  
516 nós participamos praticamente de todas as reuniões importantes que tiveram lá com o Diretor-Geral  
517 do PINUMA, com a equipe da África do Sul que está organizando o Encontro de Johannesburgo, e  
518 muito rapidamente. Trabalhamos muito a divulgação do Manifesto lá, muitas pessoas já sabiam do  
519 Manifesto e também trabalhamos muito essa idéia de criar mecanismos de participação desse  
520 segmentos que tradicionalmente não estão na Conferência Oficial. Uma leitura mais política nossa:  
521 primeiro, da importância de ter ido. Agora mais recentemente o Presidente Fernando Henrique, o Dr.  
522 Fábio Feldmann, como Coordenador-Geral da presença brasileira em Johannesburgo e algumas  
523 pessoas devem ter acompanhado pela imprensa a manifestação do Presidente Fernando Henrique em  
524 Estocolmo, sobre o processo da Rio+10, um interesse forte, assim, do Presidente de acompanhar esse  
525 processo, do Brasil ter uma participação ativa, enfim. E uma relativa ingerência do Ministério do  
526 Meio Ambiente no processo. Ou seja, há uma designação da representação brasileira, a coordenação  
527 do processo e as informações, portanto, estão a cargo do Dr. Feldmann que já desencadeou  
528 movimentos de contato com a ABEMA, com a ANAMA e com o Fórum Brasileiro de ONGs, em  
529 função do interesse do Governo brasileiro de promover vários encontros regionais no Brasil, e a  
530 intenção do Brasil de fazer um grande evento no Rio de Janeiro, em junho, logo após a Semana do  
531 Meio Ambiente, que seria uma espécie de passagem da tocha do Rio para África do Sul. Algumas  
532 observações mais de ordem política: primeiro, houve uma grande discussão que não resultou em  
533 resoluções, dentro do Encontro que é a sustentação do programa do Programa das Nações Unidas para  
534 o Meio Ambiente-PINUMA, financeira, e uma atenção forte dos países desenvolvidos no sentido de  
535 que o PINUMA tenha um mandato político maior para exigir a implementação das agendas  
536 internacionais de meio ambiente. Uma certa tensão entre os países do G77 e do G7 porque os países  
537 do G77 acham que isto só se aplica para que o PINUMA cobre dos países pobres. Então, isso não teve  
538 uma resolução, mas foi um tema muito tratado dentro desse evento. O segundo tema que nós  
539 percebemos lá, uma incomodidade da África do Sul na relação com a herança do Rio. Nenhum País,  
540 ninguém chama a Conferência de Johannesburgo de Rio+10 a não ser o Brasil. Nós participamos da  
541 reunião com a delegação da África do Sul, a reunião foi muito tensa por esse movimento de  
542 descolamento da África em relação à ECO 92, e uma percepção nossa de que há uma forte tensão para  
543 que o tema da pobreza seja um tema central em Johannesburgo. Isso é muito mais uma leitura política  
544 do que uma leitura oficial, mas acho que é isso que importa no informe que daremos a vocês. E

545 também, para além desse processo brasileiro, duas coisas importantes: o primeiro, a possibilidade de  
546 que este Manifesto, que já repercutiu muito internacionalmente, seja de fato um Manifesto que  
547 organize um movimento e um conjunto de alianças em nível internacional e desembocando em  
548 Johannesburgo. Tanto a representação das ONGs brasileiras, e as latino-americanas que estiveram  
549 aqui e que estavam lá, quanto o Nilvo, chegaram a conclusão de que isso é uma possibilidade grande,  
550 em cima desses conceitos básicos do Manifesto que é bastante genérica. A segunda, é um acerto nosso  
551 com o PINUMA, no sentido de uma reunião, no âmbito latino-americano, organizada por nós e pelo  
552 PINUMA juntando os países que têm organização federativa, ou seja, que tem essa instância  
553 intermediária de governo, que são províncias, departamentos ou Estados para discutir o papel dessas  
554 instâncias, que a gente chama de “subnacionais”, dentro do processo da Rio+10. Isso foi tratado  
555 diretamente com o Toffer, que ficou bastante interessado nisso e assumiu o compromisso, e nós  
556 devemos ter uma reunião no final de março no México articulando, pelo menos, Brasil, Venezuela,  
557 Argentina e México, em nível de representações governamentais nestas instâncias subnacionais.  
558 Então, muito rapidamente, o informe, quer dizer, as grande resoluções estão na página do Programa  
559 das Nações Unidas, todos podem acessar, mas também foi uma coisa muito importante ,pois, para  
560 além do próprio processo brasileiro, há todo um calendário internacional de conferências e seminários  
561 que a gente não estava tendo a informação e que conseguimos acessar a partir daí, e o exemplo típico  
562 disso, que se descobriu lá foi o seguinte: na semana que vem, dias 12 e 13, tem uma Conferência  
563 Internacional sobre Financiamento do Desenvolvimento Sustentável no Rio de Janeiro, organizado  
564 pelo PINUMA em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, e nesta mesma data o Ministério do  
565 Meio Ambiente estará promovendo um Seminário sobre Conselhos de Meio Ambiente na reunião, dos  
566 Governadores do BID, em Fortaleza. E se descobriu, a própria Direção do Ministério do Meio  
567 Ambiente, que estava nas duas coisas lá. Então, parece que essa indicação de alguém, que vinculado  
568 diretamente à Presidência da República possa articular não só o ministério setorial, mas os outros  
569 ministérios, e dialogar mais com os setores, em um processo mais aberto, parece-nos positiva. E na  
570 reunião de antes de ontem do CONAMA tive a informação do Renato Cunha de que o Dr. Feldmann  
571 também já procurou o Fórum Brasileiro manifestando a intenção de conversar sobre isso, e isso  
572 provavelmente se fará nas próximas semanas, e já deixamos o indicativo de conversar sobre o  
573 processo brasileiro. É fundamental que possamos ter essa informação, de maneira que se possa  
574 dimensionar estes movimentos internacionais, os nacionais e também, oportunamente no Conselho,  
575 ver como podemos fazer um processo estadual que permita uma irradiação na sociedade civil, enfim,  
576 dos documentos e permita recolher contribuições gaúchas para o processo brasileiro. Palavra fica à  
577 disposição e complementações e para esclarecimentos. **Sra. Lúcia Schild Ortiz:** Só uma  
578 complementação: queria colocar que esta questão de que nós somos realmente muito cobrados com a  
579 possibilidade de aderência ao Manifesto, que só indica o sucesso que foi o Manifesto das pessoas, das  
580 organizações em nível internacional querendo levar isso adiante e estarem preocupadas em aderir e  
581 não ficar um documento, tanto do Fórum Social, como documento dos movimentos sociais e  
582 ambientais brasileiros, apesar da participação internacional que teve o evento. Então, isso só confirma  
583 o sucesso. Outra complementação que eu queria fazer é que, além dos fóruns regionais de discussão  
584 de todo o processo da Rio+10, e outros fóruns e reuniões oficiais, governamentais, também estão  
585 previstos fóruns temáticos de segmento a convenções ou processos específicos da Rio+10, como é o  
586 caso de energia e mudanças climáticas, que está previsto em um seminário também para junho,  
587 organizado pelo Fórum Brasileiro, com as entidades que trabalham no tema, como outros fóruns  
588 temáticos que estão preparando as suas posições, que imaginamos que culminará com o resultado  
589 desse processo todo em junho. **Sr. Presidente:** Quem quiser mais informações também, o governo  
590 brasileiro abriu uma página específica da Rio+10 vinculada à página do Ministério do Meio  
591 Ambiente, onde estão sendo aportadas informações não só oficiais, mas informações gerais sobre  
592 iniciativas vinculadas ao processo de Johannesburgo e nós, na inauguração da nova página da SEMA  
593 também teremos uma parte específica de informação sobre o processo, assim como deverá ter a  
594 própria APEDEMA e o Fórum brasileiro oportunamente, pois já anunciaram a sua disposição de fazer  
595 um processo específico seu. Palavra à disposição. Podemos considerar concluído este ponto.  
596 Oportunamente ele voltará ao Conselho, quando tivermos um avanço maior do processo. E uma  
597 informação final da Cimara sobre a página do Fórum Brasileiro de ONGs. **Sra. Cimara Correa**  
598 **Machado:** Para finalizar, então, só gostaria de deixar a página do Fórum Brasileiro de ONGs e  
599 Movimentos Sociais, que é onde a gente está colocando todos os relatos da Rio+10, que é:

600 [www.ongsbrasil.org.br](http://www.ongsbrasil.org.br). **Sr. Presidente:** Concluimos este ponto. Vamos providenciar a distribuição  
601 dos cadernos com os textos-base do evento Rio+10 para a distribuição hoje. Próximo item de pauta: **3**  
602 – **Aprovação dos relatórios das Câmaras Técnicas (15-10-2001 a 15-01-2002) e do CONSEMA.**  
603 Estes relatórios que foram distribuídos com a convocatória são relatórios exigidos pelo Regimento  
604 Interno, e são uma espécie de balanço anual, antes nós tínhamos só o balanço geral do Conselho e a  
605 partir da criação das Câmaras Técnicas passamos também a ter um balanço específico das Câmaras  
606 Técnicas. Na verdade, a homologação e um relato de tudo que aconteceu na vida do Conselho nesse  
607 período. Todos aqui têm uma referência muito importante do trabalho da Secretaria Executiva na  
608 sistematização dessas informações, mas, de qualquer forma, esses relatórios precisam ser aprovados  
609 pelo Conselho, e por isso estão na pauta de hoje. Colocamos a palavra à disposição. Não temos  
610 manifestações, mas se houver alguma alteração significativa, que são dados de reunião, presença,  
611 “quorum”, a dinâmica do Conselho, uma radiografia do Conselho no exercício anterior. Se houver  
612 alguma alteração significativa pós-reunião, se pode encaminhar para a Secretaria Executiva sem  
613 prejuízo, pois provavelmente não temos aqui nenhum elemento de afirmação de questões de conteúdo  
614 divergentes. É um volume de informações bastante significativo, como os senhores podem ver.  
615 Estamos de acordo com o encaminhamento de aprovação e se houver alguma alteração é para ser  
616 encaminhado no período imediatamente subsequente à reunião, e se os senhores pudessem  
617 encaminhar na semana que vem qualquer alteração de maneira que a gente possa providenciar a  
618 oficialização desses relatórios. Oportunamente, também, com a abertura da página da Secretaria esse  
619 material todo será disponibilizado na internet. Temos muita demanda de não Conselheiro, de  
620 informações sobre a dinâmica do Conselho. Antes do nosso último ponto, proponho que pactuássemos  
621 um teto para a reunião, para a manutenção de um “quorum” significativo. A Dra. Dolores necessita de  
622 30 minutos para a apresentação. Podemos trabalhar até às 17h15min. Dependendo do nível de  
623 discussão, podemos requerer um tempo maior ou menor de discussão mas com um teto máximo de  
624 17h15min. Concluído este ponto, vamos ao nosso último ponto da Ordem do Dia: **5 – Apresentação**  
625 **das diretrizes de urbanização do Litoral Norte.** Na verdade, é uma solicitação feita pela  
626 Conselheira Kathia, na reunião anterior, que é a apresentação do estudo de diretrizes para o  
627 gerenciamento municipal do litoral norte, a sua vinculação com algumas questões polêmicas, pontuais  
628 que temos hoje, principalmente em relação a planos diretores do litoral norte e também alguma  
629 informação ainda preliminar sobre a continuidade deste trabalho prevista no PNMA II, para início  
630 neste ano. Passo para a Dra. Dolores para a apresentação. **Sra. Maria Dolores Pineda:** Boa tarde a  
631 todos. Quero iniciar primeiramente perguntando se algum dos Conselheiros não têm o trabalho?  
632 Temos mais exemplares para distribuir. E também temos o mesmo trabalho junto com mais dois  
633 outros trabalhos em CD e se algum Conselheiro não tiver, temos aqui disponível para fazer esta  
634 distribuição. O CD tem este mesmo trabalho, e o trabalho de diagnóstico do Taquari-Antas e o Código  
635 Estadual de Meio Ambiente, ou seja, são três publicações nesse CD. E a gente pode distribuir e os  
636 Conselheiros pegam depois, sem problemas. Se entendi direito a solicitação, na medida que formos  
637 apresentando os Conselheiros perguntem, de que a gente explique como surgiu esse trabalho no litoral  
638 e a idéia é explicar as bases dele. Na realidade, o objetivo não é discutir em detalhe as decisões  
639 técnicas, mas entender as bases disso, o quanto isso pode ajudar no trabalho dessa região, e no  
640 trabalho que a SEMA desenvolve nessa região e os próximos passos em cima deste projeto. Este  
641 trabalho se originou de um trabalho em nível nacional, que por meio da Lei 7.661, de 16-05-88,  
642 instituiu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro. Então, esse plano tem objetivos, princípios e  
643 instrumentos destes projetos, que obviamente englobou todos os Estados da União que tinham litoral.  
644 O projeto era um convite aos Estados, que tinham praia, a participarem, a se candidatarem, e além do  
645 trabalho técnico, esse trabalho tinha subsídio de dinheiro, a fundo perdido, para o desenvolvimento.  
646 Então, não foi, desde o início, uma mera questão de vontade, como os PNMA's funcionam, estamos  
647 agora no PNMA II, além da vontade do Estado de participar, ele tem que se candidatar e atender os  
648 requisitos. O Estado do Rio Grande do Sul então entrou no projeto de gerenciamento costeiro, na  
649 época, e entrou com projetos que atendiam a este princípio geral, que era o de planejar e dar  
650 condições de planejamento, de se desenvolver trabalhos técnicos que dessem uma base técnica para  
651 que se planejasse e se gerenciasse o uso e ocupação dessa região. Por que isso? De onde surgiu esta  
652 necessidade em nível nacional? Surgiu esta necessidade que o nosso litoral, por exemplo, é uma das  
653 áreas, no Estado do Rio Grande do Sul, mais críticas, é uma área muito sensível à alterações, sensível  
654 à influência e que está sofrendo rapidamente um grande desenvolvimento urbano. E esse não é um

655 privilégio só do nosso Estado. E todos os nossos Estados com costa, com região litorânea têm essa  
656 situação de criticidade e de procura. Para nós se acentua, pois temos uma série de situações  
657 ambientais muito delicadas, próprias e únicas do nosso Estado, como o Cordão de Lagoas, como essa  
658 situação de dunas, de campos de dunas que são muito típicas de nosso litoral, e essa situação que  
659 acontece de aumentar em sete, dez vezes a população do inverno para o verão, que torna toda a ação  
660 de gestão de planejamento do litoral muito delicada e exige um controle rigoroso. Quero mostrar o  
661 quanto era pretensioso o objetivo deste programa em nível nacional. E objetivo pretensioso, que em  
662 nível estadual nós perseguimos e utilizando instrumentos para chegar, na medida do possível,  
663 perseguimos atender, que era planejar e gerenciar de forma integrada. Então, esse projeto tinha como  
664 objetivo preponderante maior, de que as ações técnicas desenvolvidas na região fossem desenvolvidas  
665 em discussão com a comunidade, em discussão com a instituição local integrada com o órgão  
666 ambiental estadual. O objetivo era garantir conservação e preservação mas não inviabilizar o uso.  
667 Então, é um objetivo bem pretensioso e que os nossos projetos perseguiram. Para que nós pudéssemos  
668 desenvolver e chegar próximos desses objetivos, nós trabalhamos com uma série do que a gente  
669 chama de instrumentos, que, em realidade, na prática, esses instrumentos viraram projetos dentro da  
670 instituição para que fossem desenvolvidos. Nós trabalhamos com o zoneamento ecológico econômico,  
671 que era um instrumento do planejamento, o enquadramento dos recursos hídricos, os planos de gestão  
672 da região, o monitoramento ambiental, os sistemas de informações, que nós chamamos de  
673 “SIGERCO”, e o licenciamento e fiscalização. Então, a idéia é que tudo que acontecesse no litoral  
674 norte passasse por esses instrumentos. A idéia que desenvolvemos fossem trabalhos técnicos que  
675 servissem de base técnica para sustentação e para definição no sistema de licenciamento, por  
676 exemplo. Os instrumentos fortes e muito trabalhados, e o que estão bem retratados neste trabalho que  
677 vocês receberam no disquete, é exatamente o zoneamento ecológico e econômico, e que foi trabalhado  
678 juntamente com o enquadramento dos recursos hídricos e que originou o início de um plano de gestão  
679 para os Municípios do litoral norte. Isso é o que está bem retratado, a soma, a forma como nós unimos  
680 estes instrumentos é o que está retratado neste trabalho. O monitoramento ambiental, sistema de  
681 informações do licenciamento e fiscalização seguem como instrumentos de ação da própria FEPAM e  
682 estariam sendo desenvolvidos mesmo que não houvesse esse projeto. E para dar um exemplo de como  
683 foi esse trabalho, nós desenvolvemos estudos técnicos que nos levaram aqui, neste caso, vou dar só  
684 um exemplo, pois isso é muito extenso, que este é um mapa que representa os resultados com relação  
685 à fauna no litoral, para se dar um exemplo de como começaram as bases para este trabalho. Nós  
686 desenvolvemos trabalhos por meio de contratação de consultoria para que se tenha diagnósticos  
687 setoriais de fauna, flora, ocupação do solo, vegetação, tipo de uso, geologia, morfologia, eram doze  
688 cartas temáticas. O resultado, o cruzamento destas cartas temáticas nos deram o diagnóstico físico e  
689 biológico da área. E junto a isso trabalhamos depois, mais tarde, as potencialidades e fragilidades do  
690 ambiente e a tendência de desenvolvimento para aí sim estabelecer zonas e os critérios de ocupação  
691 ou não de cada uma dessas zonas. Este mapa representa os habitats e a fauna encontrada. E, junto com  
692 esse trabalho, foi desenvolvido, então, a descrição deste mapa, que é descrever o habitat, dizer o que  
693 nós encontramos lá de fauna e o que os técnicos especialistas naquela área, que estavam  
694 desenvolvendo aquele mapa, entendiam como restrições e potencialidades em cima desta informação  
695 específica. Então, cada um desses doze mapas temáticos teve este trabalho desenvolvido. Com relação  
696 aos recursos hídricos, que se somou neste trabalho, foi desenvolvido um trabalho semelhante de se  
697 levantar os dados de qualidade dos recursos hídricos e de uso dos recursos hídricos na região, para  
698 que se promovesse, em discussão com a comunidade, uma proposta de enquadramento desses  
699 recursos. O que é isso? Uma proposta onde a gente, conhecendo a realidade atual, discute, e vocês já  
700 ouviram falar muito nisso em função dos Comitês, e se discute o uso desejado e possível dos recursos  
701 hídricos e o que é necessário fazer em termos de obras ou de ações ou de gestão ou de política para  
702 que esses usos pretendidos pela comunidade, sejam realmente possíveis nesse recurso hídrico. Esse é  
703 o trabalho que, em termos de recursos hídricos, acompanhou aquele mapeamento temático que nós já  
704 tínhamos em cada uma das áreas específicas. Esse mapeamento é o retrato do zoneamento do litoral  
705 norte. Não vamos entrar em detalhes aqui, mas cada uma dessas cores refletiu o cruzamento das  
706 informações dos doze mapas temáticos, e cada uma dessas cores reflete uma área onde a gente tem  
707 para ela estabelecido os potenciais e as restrições de uso para esta zona; a partir da fragilidade da  
708 zona, da região, a partir do que é recomendado como uso incentivado, como uso a ser restrito, e se  
709 dividiu desta forma. A Ana é a técnica diretamente responsável pelo trabalho e vai falar agora. **Sra.**

710 **Ana Rosa Bered:** Importante que fique claro que não se projetou o uso, não fizemos uma restrição à  
711 potencialidade do uso, e sim do uso do recurso natural. Ele é uma diretriz para os Municípios  
712 elaborarem os seus planos diretores considerando as restrições de uso do recurso natural. E dessas  
713 treze cartas temáticas que a Dolores citou, se fez zoneamentos intermediários considerando a  
714 fragilidade e potencialidade do recurso natural: da flora, da fauna, do meio físico, dos projetos  
715 existentes. **Sra. Maria Dolores Pineda:** O exemplo no trabalho é isso: no que consiste este trabalho?  
716 Uma caracterização desta zona ambiental no litoral, uma característica do que ela apresenta em termos  
717 ambientais e uma restrição de uso dos recursos naturais. E aqui não há uma restrição de atividades  
718 para os Municípios, mas sim uma restrição ao uso do recurso, do que o ambiente naquela zona não  
719 comporta como uso. Também há, para esta mesma região, uma lista de potencialidades, ou seja, de  
720 atividades que naquela região são atividades a serem estimuladas, que o ambiente comporta inclusive,  
721 pode vir a somar em termos de conservação e preservação, e em termos do próprio Município sócio-  
722 ambiental, que é uma discussão que fizemos também, e as recomendações para cada uma dessas  
723 zonas, e no caso da Zona 1, definição de malha de proteção ambiental, criação de estações de controle  
724 ambiental, de espécies ameaçadas, e há algumas zonas onde a recomendação era exatamente o uso  
725 específico para aquela região; não só ele aparecia como potencialidade, mas como recomendação para  
726 uso importante naquela região. Esses são os resultados técnicos deste trabalho. Os princípios que  
727 nortearam e que nos levaram a ter esses resultados, foi conduzir um trabalho de gestão nesta região do  
728 litoral. Então, a necessidade que se viu de somar, de cruzar e de utilizar todos os instrumentos  
729 disponíveis no órgão ambiental para se fazer a gestão da região. Aqui dá um mapa resumo do que foi  
730 desenvolvido. Tivemos essas informações temáticas e as informações, em termos de recursos hídricos,  
731 temos um sistema totalmente independente e próprio a ser tratado, independente de sistema ambiental,  
732 mas que tem uma relação muito forte, e no centro aqueles fatores mais críticos à ação do homem.  
733 Então, o cruzamento destas informações todas é que nos deram as zonas com restrições e  
734 potencialidades, que, em um primeiro momento, foi o resultado que nós tínhamos em mãos. Com esse  
735 resultado nós fomos para as comunidades do litoral, para os Municípios, discutir com as  
736 comunidades, e, quando a gente chama de comunidade a gente inclui moradores, prefeituras e todas as  
737 instâncias envolvidas, e discutir em função dessas informações ambientais que tínhamos, qual era a  
738 visão da comunidade que vivia lá, que dependia daquela região para sobreviver, como eles  
739 enxergavam isso que a gente estava apresentando, que contribuições eles tinham a dar, como a gente  
740 podia garantir o gerenciamento sem anular o desenvolvimento ou a sustentabilidade daquele  
741 Município. Então, essa discussão foi feita e associamos aos nossos resultados à expectativa da  
742 comunidade. Fizemos um ano e meio de reuniões sucessivas, nos mais variados Municípios,  
743 percorremos praticamente todo o litoral norte, e sempre discutindo esses pontos, e essa discussão foi  
744 amadurecendo até que chegamos a este zoneamento, que é o trabalho que vocês têm em mãos. A  
745 definição que temos agora, de potencialidades, fragilidades, de ações e de usos a serem restringidos  
746 ou de serem incentivados não é uma decisão só do órgão ambiental ou da equipe que desenvolveu o  
747 trabalho. Foi uma decisão tomada em conjunto com a comunidade local. E isso foi muito discutido e  
748 referendado. Então, hoje, vemos os próprios Municípios nos procurando e apontando coisas do  
749 gerenciamento, coisas que estão apontadas para nós a serem incentivadas, e parte deles, não mais do  
750 órgão ambiental de alertar, porque houve esta participação intensa. Então, somado a isso, a discussão  
751 dos recursos hídricos, que para nós tinha esse enfoque aqui, que é impossível discutir a qualidade de  
752 um recurso hídrico ou manutenção ou alteração para melhorar esta qualidade sem relacionar isso com  
753 o uso do solo no entorno ou na bacia como um todo. Então, essa discussão do enquadramento foi  
754 levada junto, era discutida junto, e foi mostrada para a comunidade, e incentivamos essa discussão.  
755 Isso é o trabalho que vocês têm mãos. A consequência deste trabalho: paralela a esta discussão toda  
756 estava sendo formado no litoral norte o Comitê do Rio Tramandaí. Hoje ele já é um comitê, e na  
757 época era a comissão provisória ainda, quando se desenvolveu esta proposta de enquadramento. E  
758 hoje o PNMA , já na fase II, o que chamamos de PNMA II, e as atividades do GERCO, do Programa  
759 de Gerenciamento Costeiro, continuam nesta segunda etapa. Em termos de comitê, que hoje está na  
760 situação de discutir esta proposta que foi criada, já com relativo consenso com a comunidade, para  
761 que se defina se realmente esta é a proposta de enquadramento daquele comitê para aquela região.  
762 Somado a isso, como nesse desenrolar nós alteramos um pouco a nossa metodologia, há a proposta de  
763 discussão, na realidade, não meramente só o item do enquadramento dos recursos hídricos, mas  
764 discutir-se o plano de bacia, na qual uma das etapas é a discussão do enquadramento dos recursos

765 hídricos, que está se fazendo. Então, a segunda etapa do PNMA II, que é a continuação do GERCO no  
766 litoral norte, o que ela fez? Como está sendo desenvolvido pela mesma equipe, fez-se uma  
767 continuidade, e na realidade, se deu um zoom para aquelas coisas observadas no desenrolar deste  
768 trabalho. Quando se definiu essas zonas e se definiu quais eram as coisas mais importantes e mais  
769 frágeis a serem tratadas, viu-se que há uma série de problemas urbanos já sacramentados no litoral  
770 norte que precisam de alguma solução. Então, para clarear para quem não lembra, temos a região do  
771 litoral norte, o PNMA, esse projeto do GERCO está dentro do que o PNMA chama de “componente  
772 de desenvolvimento institucional”, que, na realidade, são projetos que visam um resultado prático em  
773 uma região específica, mas que possibilitam o desenvolvimento da instituição também associado ao  
774 gerenciamento. Quero colocar aqui as ações para deixar claro a continuidade deste trabalho. Então, os  
775 antecedentes desta continuidade, é esse trabalho que apresentei, que é o diagnóstico ambiental, a  
776 proposta de enquadramento que está em discussão com a comunidade, o envolvimento já existente  
777 desta comunidade com a questão ambiental em função deste primeiro projeto e a interação do  
778 GERCO com outros, como o Comitê Estadual da Reserva da Mata Atlântica e outros projetos em  
779 desenvolvimento na região. A identificação dos problemas já nos dá a idéia de qual é a continuidade  
780 desse trabalho. Na realidade, nós optamos, nesta segunda fase, a atacar problemas práticos de fato.  
781 Nós estamos trabalhando em problemas relativos à expansão e densificação desordenada das áreas  
782 urbanas no litoral norte, a mineração degradando ecossistemas naturais, isso identificado já neste  
783 diagnóstico como áreas não propícia, tendo essa atividade já bem desenvolvida, e temos ações de  
784 como atacar este problema, de como resolver este problema.; consciência de quantidade e qualidade  
785 de água interiores e ocupações e desmatamento em áreas de Mata Atlântica. Além disso, temos ainda  
786 no litoral, como de sorte, em boa parte do Estado, estruturas municipais, recursos humanos não  
787 suficientes para gestão ambiental. Associado a este trabalho e uma atuação da SEMA é a capacitação  
788 dos Municípios que começou a primeira região a passar por esse processo, exatamente foi a região do  
789 litoral norte. Tínhamos como objetivo geral fortalecer o processo compartilhado da gestão, integrar os  
790 diversos instrumentos à disposição para que se faça gestão ambiental. Temos aqui uma série de  
791 objetivos específicos que não vou entrar muito em detalhes, já está bastante falado aqui, mas uma  
792 coisa que é bastante importante e que enxergamos, que apesar de todo o envolvimento da comunidade  
793 e dos próprios Municípios no desenvolvimento deste trabalho, algumas coisas muito práticas devem  
794 ser feitas para que ele realmente se sedimente e passe a ter um efeito, e possa ser utilizado. Então, um  
795 dos nossos objetivos é municipalizar as diretrizes do ZEE, que é como chamamos este trabalho,  
796 associadas às diretrizes de gestão da orla, pois junto com a gestão ambiental da orla que a gente faz,  
797 tem toda a discussão dela ser o patrimônio da União também. E aí são detalhes de como a equipe se  
798 propõe a desenvolver cada uma dessas ações, como, definir conjuntamente com os gestores locais e  
799 segmentos sociais envolvidos, planos de gestão setoriais para as principais áreas conflitantes. Então,  
800 aí nós pinçamos estas áreas conflitantes, que é a mineração, que é o uso e ocupação da faixa de praia,  
801 que é o uso e ocupação do entorno dos lagos, que é o uso e ocupação das margens de rios e a  
802 mineração que tem um peso. Em todos esses fatores conflitantes nós temos uma ação de tratar junto  
803 com os segmentos sociais envolvidos. As metas programadas: elaborar e implementar um plano de  
804 gestão do complexo hídrico Tramandaí-Armazém, envolvendo os Municípios de Tramandaí e Osório.  
805 Isso é o trabalho, que está em desenvolvimento, discutir-se o uso das margens da Lagoa e do Rio  
806 Tramandaí, que é absolutamente desordenado, e de fazer-se um diagnóstico, e antes desse projeto  
807 começar de fato, via PNMA II, já havia um trabalho dentro da FEPAM, sobre a margem da Lagoa  
808 Armazém-Tramandaí. Temos alguns trechos onde não é mais possível reverter, quer dizer, não tem  
809 mais como voltar a uma situação original, devem existir formas de estancar só esse desenvolvimento,  
810 e há trechos em que é possível alguma remediação e há trechos em que é possível alguma remediação,  
811 e há trechos ali, de margens ainda não utilizados que temos como impedir o uso. Então, o projeto visa  
812 exatamente isso: o que é possível remediar e o que é possível estancar de expansão em cima dessas  
813 áreas protegidas. A outra ação programada, que é também no litoral norte uma situação de conflito, e  
814 um conflito que sempre no início do verão a FEPAM se depara, que é o Plano de Gestão de  
815 Conservação das Dunas Móveis, e aí envolvendo os Municípios de Pinhal, Cidreira, Tramandaí,  
816 Arroio do Sal e Torres, aqui mais especificamente com relação aos campos de dunas, que nós  
817 detectamos envolvendo esses Municípios, usos remanescentes, o que sobrou dos campos de dunas do  
818 litoral norte que são áreas onde a gente não recomenda uso, e esse é um assunto que está em  
819 discussão, de como manter esses campos de dunas, mas não inviabilizar o Município por isso. A outra

820 meta, que já falei, é elaborar e implementar planos de ação para as atividades de mineração de areia  
821 no sentido de adequá-las às diretrizes do ZEE. Nós escolhemos em zonas, e a região de Osório tem  
822 zonas onde o tipo de mineração desenvolvida, que trabalha com escavação e forma lagos enormes, é  
823 totalmente inadequado para esta região. Então, estamos via licenciamento e via projeto,  
824 desenvolvendo uma discussão de estancar este tipo de atividade naquela região. Não é muito simples  
825 trabalhar isso diretamente no licenciamento, por isso, nesse trabalho, uma das coisas que está em  
826 desenvolvimento nesta meta aqui, por exemplo, é um trabalho de fazer um diagnóstico e o quanto,  
827 pois toda vez que tentamos interferir neste tipo de atividade tem a situação social, tem o quanto, não  
828 só o minerador em si, mas o quanto o Município ganha ou perde de ICM com essa atividade. Então,  
829 esse diagnóstico está também sendo feito para que se tenha base para discussão, o quanto de fato essa  
830 atividade interfere no socio-econômico do Município, o quando de fato ela traz de benefício para o  
831 Município onde ela está sendo desenvolvida, pois não se tem, na realidade, dados concretos para esta  
832 discussão, e estamos com este diagnóstico em elaboração. Esta apresentação é mais minuciosa e foi  
833 feita para ser apresentada ao Ministério do Meio Ambiente, na época em que estávamos discutindo o  
834 projeto e vendendo o nosso peixe, e é bem detalhada. Eu já abordei as principais ações, e daqui para a  
835 frente temos só detalhes de como estas ações vão ser desenvolvidas. Há esta ação que, mesmo  
836 independente do projeto, também já estávamos discutindo, e que foi uma ação que aconteceu agora  
837 neste verão. Todos os anos, no início do verão nós nos deparamos com o problema que é o uso e a  
838 ocupação da faixa de praia. Na faixa de praia temos uma série de quiosques e cancha de vôlei, uma  
839 série de instalações que aparecem no verão e depois perdem o sentido no inverno, e todo início de  
840 verão é uma complicação. Há algum tempo já estamos tentando regrar isso. Iniciamos, no ano  
841 passado, uma série de discussões com os Municípios, e aí especificamente com as prefeituras, para  
842 que se tenha um plano de uso desta orla, e para que isso seja planejado e não seja eventual, cada caso,  
843 cada início de verão. Então, conseguimos fechar, no final do ano passado, e assinamos agora no verão  
844 com os prefeitos dos nove Municípios, que têm faixa de praia, um acordo onde os Municípios se  
845 comprometem, em prazos estipulados neste acordo, a apresentar à FEPAM, o plano da orla do seu  
846 Município onde ele vai dizer quantos quiosques quer, obedecendo à critérios mínimos que a FEPAM  
847 já estabeleceu, de que não pode lançar esgoto, não pode lançar água fervida, etc, aquelas questões  
848 ambientais já definidas, mas o Município, de acordo com a sua característica, vai dizer de quantos  
849 quiosques ele precisa, e dentro de algumas bases que passamos, vai dizer que tamanho terão esses  
850 quiosques, qual é a padronização. Alguns Municípios não querem quiosques, outros querem muitos  
851 quiosques. Se eles querem canchas, então, cada Município vai ter a sua orla planejada. O que a  
852 FEPAM vai fazer é dar um novo nome, uma autorização, pois, na realidade, funciona deste modo. O  
853 quiosqueiro, a pessoa interessada em construir um quiosque, vai na prefeitura e pede autorização. A  
854 prefeitura nos pergunta, a gente conversa, a prefeitura dá autorização para aquele quiosque individual.  
855 Na prática, nós estávamos, mesmo que indiretamente, licenciando cada quiosque. E aí quando  
856 começamos a querer fazer este plano ficou difícil tratar com cada interessado. Então, a prefeitura  
857 recebe uma declaração de aprovação ambiental, que é o plano de gestão para a orla que o Município  
858 apresenta, é aprovado pela FEPAM, a partir daí. O Município assume a responsabilidade de que esse  
859 plano seja seguido, ou seja, o Município autoriza ou não os estabelecimentos pequenos, partindo do  
860 critério que estamos tratando de estabelecimentos pequenos, móveis, que não são construções fixas, já  
861 que estamos tratando aqui da questão ambiental na orla, e esse local é de domínio da União, e não  
862 podemos definir ou liberar uma construção fixa, isso é proibido. Estamos tratando de pequenas coisas  
863 móveis e de fácil retirada, mas a partir desta aprovação o Município fica responsável por fazer  
864 cumprir este plano. Ele autoriza estas pequenas construções dentro destas diretrizes que estão  
865 aprovadas no plano e ele é responsável por tudo aquilo que acontecer na orla fora daquilo que foi  
866 liberado a ele autorizar, ou seja, mesmo que não tenha sido uma ação da prefeitura, é ela a  
867 responsável se o quiosque causar algum impacto, poluição, fizer alguma coisa não permitida. O que  
868 consideramos, e a equipe está bastante orgulhosa nesse sentido, que é uma coisa que estamos  
869 trabalhando há muito tempo, não só regrar este uso, mas tornar os Municípios responsáveis pelo seu  
870 território, e não ficar sempre naquela que se a FEPAM disser está bom, a responsabilidade não é  
871 minha. Então, eles estão assumindo junto conosco a responsabilidade desta gestão, que, em princípio,  
872 é o que sempre norteou todo esse nosso trabalho no litoral norte. Estou à disposição para as perguntas,  
873 e a Ana Rosa, que é a coordenadora do trabalho, encontra-se presente também. **Sr. Salzano Barreto:**  
874 Na verdade, a questão da acessibilidade das pessoas às orlas, até porque está na mídia a questão do

875 Rio Mampituba, e há casos no Rio Tramandaí também, que as ocupações foram chegando e hoje  
876 impedem o trânsito pela margem, e não sei se chegaram a este tipo de licenciamento. **Sra. Maria**  
877 **Dolores Pineda:** O que estamos tratando nesta gestão é exatamente isso: muito mais do que uma  
878 questão ambiental isso é uma gestão para o próprio veranista, que tem o direito de ter a sua orla  
879 disponível para que ele chegue na praia e aproveite a praia, assim como o morador tem o direito de,  
880 nessa época do ano, que é a época que ele tem a maior chance de produção, de fazer o seu comércio. E  
881 o que tentamos fazer com esta gestão? Fazer isso, garantir o acesso, a quem de direito, mas garantir  
882 também à disposição do Município de se sustentar, já que os nossos Municípios do litoral não temos  
883 turistas, temos veranistas mesmo que vão para lá basicamente em fins de dezembro, janeiro e  
884 fevereiro. Então, é época que também os moradores têm a sua chance. **Sra. Edi Xavier Fonseca:**  
885 Uma questão em relação à fiscalização das dunas em todo o litoral: é o IBAMA, FEPAM, caso  
886 Caburé, lá, que é bem conhecido, que as pessoas elogiam muito mais é maior depredador do litoral  
887 norte que tem ali no Município de Xangri-lá. **Sra. Maria Dolores Pineda:** A parte mais técnica  
888 ambiental desta gestão do uso da faixa de praia, inclui as dunas frontais. E a exigência, e isso é um  
889 dos critérios que os Municípios quando elaboraram os seus planos já sabem que têm que cumprir, é  
890 não construção em cima de dunas frontais. E isso é a base, e a partir daí eles fazem os seus planos. E o  
891 que nós vimos? E quando assinamos este acordo, como disse o pessoal, estava na mesma viatura que o  
892 pessoal que ia fazer uma vistoria, e aí fomos fazer a vistoria juntos. E houve uma época que os  
893 próprios técnicos da FEPAM, quando a gente iniciou a trabalhar, iniciou a licenciar, de que a gente  
894 achava, uma vez destruída a duna frontal, está destruída. E aí há tempo, a gente autorizou sim aquele  
895 calçadão horrível, em termos ambientais em Tramandaí, e tem licença da FEPAM, pois naquela época  
896 se imagina que aquelas dunas foram destruídas, e elas já não existiam mais, e já estavam destruídas  
897 mesmo, então está, faz o calçadão. Durante este trabalho, e com o passar do tempo acompanhando o  
898 litoral, se viu que a coisa não é assim, que as dunas se recuperam. Então, há bastante tempo se tem  
899 essa diretriz de preservar, não a duna em si, mas o local da duna, pois se ela não existe hoje pode vir a  
900 existir daqui a um tempo e ela se recompõe. Esta é uma diretriz que esses planos prevêm. A  
901 responsabilidade é nossa, sim, das dunas do litoral norte, tanto essas frontais, quanto os campos de  
902 dunas, e está dentro desta discussão desse trabalho e é uma responsabilidade nossa, o que não exige o  
903 IBAMA da fiscalização e nem impede uma ação. Mas temos responsabilidade, já que temos todo esse  
904 trabalho desenvolvido, de fazer sim junto com a PATRAN também uma fiscalização da utilização  
905 destas dunas. **Sr. Sérgio Luiz de Carvalho Leite:** Em relação à mineração, vocês usam esse termo  
906 basicamente para a retirada de areia. E a diretriz onde pode ser retirada areia hoje, se há algum local,  
907 pois as dunas frontais não se pode retirar a areia. Há uma demanda muito grande no litoral de aterros e  
908 nos parece como se equacionar isso pela FEPAM. **Sra. Ana Rosa Bered:** Esses diagnósticos  
909 setoriais, como a Dolores falou, informa-nos e essa atividade de mineração já está saturada no litoral.  
910 Quer dizer, as zonas que se identificaram estão a indicar que não se pode mais ter essa atividade de  
911 mineração de areia no litoral, com algumas exceções; algumas áreas em torno de Osório é possível  
912 ainda explorar areia, pois as dunas interiores estão quase todas retiradas, e a mineração tem se dado  
913 no sentido de escavar. Então, está aflorando o lençol freático e não se tem ainda o conhecimento do  
914 que isso já significou, já causou de impacto com relação à água subterrânea. Então, em tese, estamos  
915 proibindo a exploração de areia, especialmente na planície costeira. Claro, que onde começam os  
916 morros, ainda há alguma coisa possível de ser retirada, não de areia mas de outro minério. A Dolores  
917 informou do plano de gestão de contenção desta atividade, e não é uma ação muito simples, pois  
918 envolve a questão social, já que muita gente vive desta exploração. Estamos montando uma estratégia,  
919 e como o zoneamento teve esse caráter regional de indicar essas situações regionais e não se voltou  
920 para estas questões de caráter local, estamos começando a levantar todas as ocorrências de mineração,  
921 as regularizadas e as não regularizadas, para termos um universo do que está se tratando e tentar  
922 checar a demanda ainda existente de necessidade de aterros, pois também vai se esgotar a ocupação  
923 urbana no litoral. Se vocês observaram ali, rapidamente, apresentou-se a faixa costeira, já está quase  
924 toda ocupada, e a expansão dar-se-ia de uma forma inadequada até de ocupação urbana. Então, tentar  
925 cruzar o que se pretende ainda ocupar de areia e tentar limitar o extremamente necessário ainda para  
926 se explorar. Temos algumas zonas que estão proibidas, e estamos começando a desativar. Outras que  
927 se permite de uma forma restrita. **Sr. Sérgio Luiz de Carvalho Leite:** As retiradas regularizadas,  
928 poderia dar um exemplo, já que orla não é mais possível ou ainda é possível? **Sra. Ana Rosa Bered:**

929 Há alguns campos que são possíveis. Isso também gerou um outro projeto e todo esse estudo de  
930 macrozonamento, macrodiagnósticos, fez com que tivéssemos que detalhar algumas situações. E uma  
931 delas foi as dunas. Fez-se um levantamento de todo os campos de dunas que restaram e classificamos  
932 em três tipos: aquelas de preservação, que foram classificadas em função da presença de vegetação,  
933 pelo seu caráter paisagístico e pela sua extensão. Elegemos três ou quatro situações de preservação  
934 que não podem ser exploradas. Outras que poderiam ser exploradas porque a sua importância ou  
935 significado para a região já se esgotou em termos de dunas interiores, que não se recompõem tão  
936 facilmente. E outras que teriam um manejo de acordo com o licenciamento, estudo de caso a caso, e  
937 poderia ser retirada de uma forma controlada. Então, temos três situações. Fez-se um estudo mais  
938 detalhado e já temos algumas zonas com essa classificação, que seria objeto de um espaço maior de  
939 entrar no mérito e localizar aqui. **Sra. Cimara Correa Machado:** Gostaria de salientar que é uma lei  
940 nacional de gerenciamento costeiro que vocês apresentaram. No Rio Grande do Sul os municípios vão  
941 até o Chuí, e acaba o Rio Grande do Sul lá no Chuí. A FEPAM está tendo um olhar bastante  
942 importante para o litoral norte e o litoral sul parece que está sendo um pouco esquecido e lá tem  
943 também duas cidades costeiras, que têm um número grande de habitantes, por volta de 500 mil, então  
944 gostaria de fazer uma solicitação para que o Mar-de-Dentro encampasse aí e se fizesse um  
945 gerenciamento mais sério do litoral sul. **Sra. Maria Dolores Pineda:** Só queria fazer um  
946 esclarecimento que não está esquecido. Nós trouxemos especificamente as informações sobre o litoral  
947 norte, que foi solicitado. E temos já aquele mapeamento inicial, o diagnóstico, que são aqueles doze  
948 mapas feitos para o litoral médio, por exemplo, que envolvem a região do Mar-de-Dentro. Nós temos  
949 uma série de ações, a FEPAM não tão organizada como litoral norte em projetos, mas em ações na  
950 região, temos também no PNMA II um projeto na região litoral médio e litoral sul, e temos junto com  
951 o IBAMA, uma série de ações nessa região. Então, se for esse o interesse, podemos continuar  
952 apresentando a situação que se encontram os trabalhos do litoral que, com certeza, o maior peso  
953 realmente está no litoral norte, pois quando se começou a discutir o GERCO, e se viu qual seria a área  
954 piloto para se começar, viu-se que no litoral norte era urgente uma ação, pois havia situações muito  
955 críticas, sob pena de não conseguirmos mais recuperar determinados ambientes. Por isso centrou-se o  
956 trabalho no litoral norte. Essa é uma preocupação bem pessoal minha, hoje estou na Direção da  
957 FEPAM, mas eu sou da equipe do GERCO na FEPAM. Participei desse trabalho desde o início e é  
958 uma preocupação, dentro da equipe, que eu, pessoalmente, sempre tive, de partir pesadamente para  
959 outras regiões do litoral que ainda tem muito a ser preservado, que tem muita a gerenciar antes que  
960 seja destruído. Temos essa ação, só que o centro hoje da discussão era mesmo o litoral norte. **Sra.**  
961 **Cimara Correa Machado:** Gostaria de salientar que há várias ações pontuais, e têm a intenção, o  
962 conhecimento de construir um plano organizado. **Sra. Maria Dolores Pineda:** Sim, um zoneamento  
963 como o do litoral norte. **Sr. Alexandre Bugin:** Na verdade, esse assunto surgiu a partir de uma  
964 proposta do Nilvo, na última reunião, de colocar este assunto, mas foi originado a partir de uma  
965 intervenção minha sobre a questão específica da expansão urbana de Capão da Canoa, no último ano.  
966 E aí se colocou e houve um consenso, de parte do Conselho, de que esse assunto era relevante, e que  
967 nesta primeira reunião traríamos estas informações. Mas queria também colocar esta questão, pois, até  
968 para ver como o CONSEMA pode conduzir, se há entendimento por parte da FEPAM nesse sentido,  
969 pois hoje a questão urbana de expansão, principalmente imobiliária vertical, a partir de Capão da  
970 Canoa, da mudança do Plano-Diretor do ano passado, em um ano foram, praticamente duas quadras  
971 de frente de praia, construídos edifícios enormes, e que vai ter um impacto, naquela faixa de praia,  
972 extremamente forte, e isso se observa claramente. E quem veraneia ali, quem passa ali, a diferença  
973 daquelas dunas que estão em frente àqueles edifícios, que estão sendo construídos, em relação a um  
974 pouco mais adiante onde ainda não houve este início de construção. Então, já se observa as  
975 modificações em termos de frente de faixa. Claramente isso está despertando naquela comunidade  
976 próxima, vamos dizer, espanto por esta expansão, pelo que está acontecendo, e está havendo  
977 movimentação. Sabe-se que há uma ação da Promotoria. Este assunto foi colocado na última reunião,  
978 e nós ficamos de ver formas de como, se é possível ou não, pois o que está acontecendo hoje em  
979 Capão, certamente é o que vai acontecer, daqui a um tempo, em Xangri-lá, em Atlântida, em outras  
980 praias, como já aconteceu em Torres, e houve inclusive um recuo por parte disso, e, hoje de concreto,  
981 na questão de expansão urbana, que é a expansão vertical, que está ocorrendo nesta faixa que é muito  
982 sensível. **Sr. Claudio Liberman:** Continuando no que o Bugin falou, dentro da Zona II, nas

983 restrições de atividades que vocês colocaram: “Não permitir edificações na faixa de 60 metros a  
984 contar da praia para o interior a partir da base da primeira duna frontal junto à praia”. E esses 60  
985 metros não é pouco? Em determinados momentos vai ser muito pouco, pelo menos eu entendo. **Sra.**  
986 **Maria Dolores Pineda:** Na realidade, o que temos aí são indicações e recomendações. A força desse  
987 trabalho é que ele é, além de ter sido um trabalho em conjunto com a comunidade, é a base para o  
988 licenciamento. E a Ana pode explicar em mais detalhes do porquê destas dimensões, mas só queria  
989 entrar nesta preocupação, que são várias preocupações com relação a essas edificações. Além do uso  
990 da faixa de praia, que fica, temos o problema do esgotamento sanitário. Quer dizer, tratar esgoto de  
991 casa na praia já é complicado, e há uma dificuldade; agora, tratar de esgoto de edifício em praia é mil  
992 vezes mais complicado. Então, temos algumas formas de atuar sim, não tão rápidas, mas que juntos  
993 podemos evitar essa coisa acelerada. E já conseguimos evitar uma alteração em Capão da Canoa, do  
994 Plano-Diretor, que ia permitir o mesmo tipo de edifício nas margens da Lagoa. E, por meio de  
995 discussão, pressionar e lembrar que estas restrições existem e vieram inclusive dos próprios  
996 Municípios, muitas delas. E nós estamos em trabalho no litoral discutindo plano de bacia, discutindo  
997 enquadramento de recursos hídricos. E todo mundo diz a qualidade que quer para os recursos  
998 hídricos, para a própria Lagoa dos Quadros, e se nós vamos construir centenas de edifícios de dez  
999 andares é impossível atender. Então, há instrumentos que a gente está trabalhando que podem ajudar  
1000 nesta decisão, porque a urbanização é uma responsabilidade do Município. E a gente ataca as questões  
1001 ambientais e pressiona que isso se direcione com os instrumentos que a gente têm. **Sra. Ana Rosa**  
1002 **Bered:** Acho muito pouco. Só que claro, o ideal seria que pudéssemos preservar a duna frontal,  
1003 aqueles banhadinhos que vêm depois da primeira formação de duna, e depois começar a urbanização  
1004 de algumas casas, alguns barracos, e aí seria o ideal. Só que a gente já enfrenta uma ocupação muito  
1005 grande naquela região, e 60 metros foi o que a gente conseguiu, junto com a comunidade, para aquelas  
1006 áreas que ainda não estão ocupadas, que se garanta um afastamento de pelo menos 60 metros. E isso  
1007 foi um consenso. Agora, com relação a esse tipo de verticalização. Há uma tese, que foi desenvolvida  
1008 em Camburiú por um pesquisador paulista do perfil que trata um balneário desse tipo, o que acontece,  
1009 por que ele se verticaliza? Se verticaliza porque é muito atraente a ocupação. E se tende a densificar, a  
1010 trazer mais gente porque o Município espera, os vereadores esperam que isso traga benefícios  
1011 financeiros, que se desenvolva, que se enriqueça e se consiga ter uma qualidade de vida. E se observa  
1012 que esta curva cai vertiginosamente, pois na medida que aumenta a população tu passas a desvalorizar  
1013 o imóvel, o desinteresse e tu perdes aquele interesse das pessoas em viverem ali determinadas  
1014 atividades de lazer. E isso é tese, já está consolidada. E isso, as prefeituras não conseguem entender. É  
1015 difícil tu interromperes este processo com a lógica. E nós, como a Dolores bem disse, não vamos  
1016 interferir nestas questões, pois é atribuição do Município. O Município regula o tipo de uso, nesse  
1017 sentido, das alturas, dos afastamentos, das taxas de ocupação, isso é atribuição municipal. E foge das  
1018 questões ambientais. E o que a gente pode, e é um esforço, e vamos iniciar agora, a Dolores passou  
1019 rápido ali e não entrou no mérito, mas parece que em março ou abril haverá um treinamento nos  
1020 Municípios. E com aquela ação que dizia da incapacidade administrativa dos Municípios de  
1021 promoverem gestão ambiental, nós, do PNMA II temos recursos para fazer um treinamento nos  
1022 Municípios, principalmente nos dez Municípios que têm faixa costeira. E esse treinamento tem um  
1023 caráter prático, e se espera que se apliquem essas diretrizes regionais, que o zoneamento estabeleceu,  
1024 e se passe para o caráter local, por meio da elaboração, rediscussão dos seus planos-diretores. Espera-  
1025 se que esse treinamento seja prático e que no final destes meses de treinamento, os Municípios  
1026 tenham um exercício que permita que se reavaliem os planos-diretores. Então, a idéia é que se  
1027 introjete nos Municípios, por meio de seus técnicos, essas restrições, esses conceitos de qualidade,  
1028 que eles não têm, e por meio de um treinamento, e é quase uma lavagem cerebral, nos técnicos, vamos  
1029 revisar, repensar, vamos incluir uma questão de qualidade no seu dia a dia para se revisar os planos-  
1030 diretores e se entender, olha, não serve dez andares, e não é o que nos interessa. A médio e longo  
1031 prazo vai nos trazer prejuízos. Então, é o que está se tentando, por meio do Projeto PNMA II, um  
1032 recurso para tentar reverter esta situação, que não é nossa atribuição. **Sra. Edi Xavier Fonseca:**  
1033 Quando a questão da ação fiscalizadora da FEPAM, em relação a algumas coisas que já existem. Por  
1034 exemplo, em Capão, além de ter um condomínio fechado recente, onde algumas casas estão à venda  
1035 ainda, e é uma coisa extremamente recente, em uma faixa que não atinge 60 metros, desta faixa que  
1036 vocês falaram, pois fica ao lado do calçadão de Capão de Canoa. E o poder público também, pois há  
1037 uma estação ali de bombeamento de água da CORSAN, em uma faixa também de orla. Então, é o

1038 poder público, é iniciativa privada. Em Capão Novo há locais que tu não podes ver a praia de tanta  
1039 construção que há de bangalô, sei lá o que eles chamam lá, idem em Atlântica, que há restaurantes,  
1040 agora tem até um bem famoso, há vários ali que colocaram restaurantes à margem. A RBS colocou um  
1041 posto em cima da praia, fez uma construção. **Sra. Maria Dolores Pineda:** Está saindo agora no dia 15  
1042 de março. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Construção de concreto, e há várias irregularidades. E em  
1043 Xangri-lá também tem, e conheço bem todo o litoral norte. Há várias praias que há pouquíssimas  
1044 áreas de praia que não estão ocupadas. São faixas de praia que não são ocupadas. E como é a ação  
1045 fiscalizadora? Sabe-se que no verão se intensifica mais, no resto do ano, não. E a gente sabe que vocês  
1046 colocaram aqui as construções oportunistas, que são os quiosques, obviamente, que é um meio de  
1047 sobrevivência das pessoas no verão, e tudo mais. **Sra. Maria Dolores Pineda:** Há uma discussão da  
1048 fiscalização na faixa de praia em função de se um bem da União. Mas, para poder organizar esta  
1049 fiscalização nós desenvolvemos este trabalho, que é este acordo de gerenciamento. E o que a gente  
1050 prevê? O Município não vai poder prever que ele vai construir mais um barzinho desses pois isso já  
1051 está proibido de antemão. Ele não pode mais nem planejar fazer isso. Então, o que ele vai poder  
1052 planejar? Ele assume a responsabilidade do que ele pode fazer, e são essas construções leves, esses  
1053 quiosques, essas coisas temporárias. E tivemos esse problema com a RBS, e não só com a RBS, mas  
1054 com a Pampa, este ano, pois ele, não só tinha uma autorização do Município, como ganhou o terreno  
1055 do Município para fazer. Então, isso o Município não faz mais, pois agora ele assinou conosco o  
1056 compromisso de que não vai fazer mais, e vai fazer aquilo planejado. Vi ontem no jornal que a União  
1057 está entrando na Justiça, e temos conversado muito, com relação a estas edificações já consolidadas. E  
1058 já está ganhando, e temos o Barondinha com prazo para ser demolido, inclusive. Isso está começando a  
1059 acontecer. Mas é a União que tem que fazer isso, é a Marinha, é área da Marinha, patrimônio da  
1060 União, e não dá para construir, independente inclusive da questão ambiental, não pode construir na  
1061 área da Marinha. Tudo isso está sendo tratado. Estamos tratando isso com o cuidado de preservar o  
1062 espaço de cada um para que a coisa seja realmente efetiva, porque senão é isso mesmo: na hora que  
1063 começa o veraneio a gente se depara com o problema e fica muito mais difícil de resolver. Este é o  
1064 problema que nós enfrentamos. Mandar demolir o bar mais famoso de Capão na beira da praia, não é  
1065 assim que se faz. E isso tudo está sendo resolvido desta forma. Daqui para a frente não vai acontecer  
1066 mais. **Sr. Sérgio Luiz de Carvalho Leite:** Tem que ter uma legislação mais rígida e não deixar  
1067 construir. Se permitisse construir edifício em Garopaba, já tinha virado uma Camburiú há tempo. Mas  
1068 o pessoal lá não deixa, o Plano-Diretor não permite que faça nenhuma edificação. E sei que há gente  
1069 que mora lá e que passa controlando isso. É uma ação da comunidade, o pessoal vai controlando, e vai  
1070 reunindo-se em Câmara de Vereadores, e fica pressionando. Eu conheço o cara que fica lá, e fica lá  
1071 azucrinando e não pode, não pode botar uma pedra, e eles fazem esta ação o tempo inteiro. Votem em  
1072 que eles sabem que vai fazer a coisa séria, que não vai deixar construir, e eles levam muito a sério  
1073 aquilo lá, até porque eles vivem da exploração do turismo. E o que falta aqui é justamente não deixar  
1074 fazer, é ter um Regimento rígido, não deixar interesses de corporação, construtoras tomar conta, pois,  
1075 depois de feito? **Sra. Maria Dolores Pineda:** Tivemos sempre esta discussão. **Sr. Presidente:**  
1076 Gostaria de na fala final ressaltar a ação integrada com o Ministério Público e também o esquema de  
1077 fiscalização especificamente, articulado com a criação da Regional no litoral norte da SEMA. **Sr.**  
1078 **Geraldo Susin:** Gostaria de dar o depoimento de uma situação, um detalhe do que está sendo  
1079 discutido, até para tirar a impressão que ficou, que não sou tão ruim como um ou outro dizem. Um  
1080 político nos procurou em Capão, de oposição, com esta situação que estava acontecendo, e pediu  
1081 sugestões que podiam ser feitas com estas edificações que estão ocorrendo no litoral. E além da  
1082 questão do Ministério Público e tal, e outras coisas, colocamos uma situação que era uma campanha,  
1083 para não dizer trágico, meio irônica, pois lá são vários prédios, e há quadras que têm 1500 pessoas e  
1084 um cano que é sugado esse esgoto, e conhecem como é. E em época de Copa do Mundo e que se  
1085 sobrepõe o verão, onde acontece o consumo de cerveja compulsivo, onde todo mundo vai ao toalete  
1086 ou banheiro atender as suas necessidades ao mesmo tempo, com certeza acontecerá um colapso.  
1087 Então, é uma tragicomédia e não se precisa de bola-de-cristal para prever. **Sr. Sérgio Luiz de**  
1088 **Carvalho Leite:** Só um esclarecimento: esses 60 metros da diretriz para as dunas, para não ser  
1089 construídas, são medidos a partir de que limite? **Sra. Ana Rosa Bered:** 60 metros interiores: da base  
1090 da duna para o interior, não se urbanizar onde ainda é possível. Na verdade, a faixa de Marinha é  
1091 medida por meio da preamar média mais 33 metros, e a preamar 1920 não sei o quê, e 33 metros.

1092 Então, essa demarcação avança uns 100 metros para o interior do continente, que hoje temos  
1093 construções sobre as dunas frontais. E o correto, a faixa de Marinha a ser preservada teria que entrar  
1094 uns 100 metros depois da duna frontal, e isso não foi observado. Então, recuperar esta ocupação é  
1095 impossível. **Sr. Sérgio Luiz de Carvalho Leite:** Então, é a linha da maré. **Sra. Ana Rosa Bered:** Em  
1096 tese, sim, porque a maré não tem como destruir a duna. Se eu tivesse o cordão de dunas demarcando,  
1097 não avançaria nunca a maré. Então, se considera que da base da duna ou da cumeeira da duna para  
1098 dentro uns 100 metros, é o que se estima uma faixa de Marinha. **Sr. Sérgio Luiz de Carvalho**  
1099 **Leite:**E, esta faixa de Marinha supera o limite de vocês? **Sra. Ana Rosa Bered:** Seguramente. **Sra.**  
1100 **Maria Dolores Pineda:** Complementando um esclarecimento que comecei para a Edi com relação ao  
1101 desenvolvimento dos trabalhos em outras regiões do litoral, que comecei explicando que tinha uma  
1102 preocupação particular dentro da equipe, e quando começamos este projeto no PNMA II, quando  
1103 surgiu lá no Ministério a notícia de que teríamos de novo verba para o GERCO, nós começamos, e por  
1104 insistência minha e da Ana Rosa, a desenvolver um projeto para o litoral médio e litoral sul, no  
1105 GERCO, nos mesmos moldes do litoral norte. E foi uma insistência do Ministério que a gente, ao  
1106 invés da etapa II PNMA/GERCO, se fizesse esse mesmo trabalho em outras regiões, e se acentuasse o  
1107 trabalho no litoral norte, visto que eles dizem que nós somos o único Estado que realmente  
1108 desenvolveu uma metodologia de zoneamento para esta região, e que a gente pode, por conta própria,  
1109 e isso é verdade, e está se fazendo, e por isso não está aparece como um projeto como GERCO que se  
1110 faz dentro das atividades, e fazer isso para as outras regiões, independente até, no caso, do Ministério,  
1111 mas que era interesse que a gente continuasse a desenvolver metodologias e formas de atacar os  
1112 problemas detectados nesse zoneamento. Então, foi uma insistência do Ministério que continuássemos  
1113 aprofundando o trabalho no litoral norte. O que não mencionei, que foi solicitação do Secretário, é  
1114 que dentro de todas essas atividades, até porque a gente não pode ter uma ação de polícia em  
1115 determinadas coisas, como, por exemplo, do próprio Município fazer o seu plano-diretor, estabelecer  
1116 o sistema de urbanização, a gente pode trabalhar isso por meio de trabalhos técnicos de  
1117 convencimento e mostrando o quanto eles estão engajados no trato com o seu ambiente, mas temos  
1118 também trabalhos junto com o Ministério Público. Temos esse trabalho de cooperação com o  
1119 Ministério Público desde desenvolvimento de oficinas, que a gente faz junto, com promotores, onde  
1120 discutimos as formas como vamos encarar o licenciamento, porque a gente faz ou não determinadas  
1121 coisas, como eles encaram, e se tem uma troca de informações, de experiências, e isso auxilia o  
1122 Ministério Público na sua ação, auxilia a SEMA e a FEPAM na sua atuação. Temos o Ministério  
1123 Público como parceiro, que também tem um programa bem amplo e bem forte no litoral. Temos  
1124 também um trabalho com a PATRAN e com todos os demais órgãos da SEMA no litoral em termos  
1125 de fiscalização. A FEPAM não está sozinha nisso, é um trabalho de conjunto. E, uma coisa importante  
1126 que neste ano, com o nosso concurso, já com a lista dos aprovados em vias de ser finalizada, vamos  
1127 poder então criar a nossa Regional da FEPAM no litoral norte fixa. Teremos uma Regional fixa no  
1128 litoral norte, pois é uma preocupação nossa, intensificarmos mais a fiscalização na época de maior  
1129 uso, que é o verão, mas há coisas importantes acontecendo ao longo de todo ano no litoral. Então, essa  
1130 Regional da FEPAM é de extrema importância para garantir a continuidade dos trabalhos. **Sr. Sérgio**  
1131 **Luiz de Carvalho Leite:** Ela vai ser sediada onde? **Sra. Maria Dolores Pineda:** Isso ainda está em  
1132 discussão. **Sr. Presidente:** Provavelmente, em Tramandaí. Encerramos este ponto. A Edi apresenta  
1133 suas sugestões de pauta e depois passamos para o encerramento da reunião. **Sra. Edi Xavier**  
1134 **Fonseca:** Tenho sugestões de pauta para a próxima reunião. Estamos pedindo a apresentação do  
1135 Estudo de Rezoneamento do Parque Estadual Delta do Jacuí, que seja apresentado no CONSEMA.  
1136 Estamos solicitando também qual foi a atuação da SEMA, via Fundação Zoobotânica, no Decreto de  
1137 Desafetação da Área do Jardim Botânico. E por solicitação da ONG Curicaca, pautar no CONSEMA  
1138 o Sistema Estadual de Unidades de Conservação, com seus instrumentos obrigatórios, como  
1139 cadastramento estadual de unidades de conservação e o plano plurianual do SEUC. **Sr. Presidente:**  
1140 Ok. Fica registrado o pedido da Edi. Sobre a Desafetação da Área do Jardim Botânica, Vila Juliano  
1141 Moreira, isso já há condição da gente aportar para a próxima reunião, as informações estão todas  
1142 disponíveis. E apresentação do Delta do Jacuí. Temos que conferir com a Comissão de Implantação,  
1143 que foram feitas uma série de reuniões com a comunidade, com os setores, se já está pronto para a  
1144 próxima reunião. Senão, pautaríamos para a reunião seguinte, pois além do estudo técnico em nome  
1145 do Pró-Guaíba, nós abrimos uma série de reuniões comunitárias e com as Prefeituras de todos os

1146 Municípios da Região do Delta. Seria interessante já trazer ao CONSEMA com essa síntese, inclusive  
1147 porque há diretriz da SEMA e é competência do Conselho que o projeto de lei de alteração do  
1148 zoneamento, antes de ir à Assembléia, necessariamente tem que ser apreciado e aprovado pelo  
1149 Conselho. **Sr. Renzo Alberto Guillermo Bassanetti:** Só um esclarecimento à Edi. Os estudos de  
1150 zoneamento – parte técnica -, já estão prontos, e acredito que agora em torno de quinze a vinte dias  
1151 vão começar as discussões com a comunidade. Falta fazer um acerto também com os órgãos da  
1152 Prefeitura que estão envolvidos com as áreas do Município no Delta. **Sr. Presidente:** Em função  
1153 desse calendário, define se é nessa ou na próxima reunião, Edi, e vamos ver com o DEFAP uma boa  
1154 apresentação desta parte do SEUC, que é, na verdade, uma estratégia geral de implementação do  
1155 SEUC que estão pedindo. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** É. Inclusive, como foi feita esta solicitação pelo  
1156 ONG Curicaca gostaria que ela fosse convidada oficialmente para estar presente a reunião, por meio  
1157 do seu coordenador Alexandre Krob. **Sr. Presidente:** Fica registrado isso, e solicitaria, Edi, se não  
1158 fosse incômodo, que vocês enviassem um ofício à Secretaria Executiva dando a descrição exata dos  
1159 pontos de maneira que isso fique, para além da Ata, registrado como pedido de pauta e a gente põe  
1160 isso no calendário das próximas reuniões. Mais alguma questão? Obrigado pela presença de todos e  
1161 até a próxima reunião que é, pelo nosso calendário, no dia 15 de março. Nada mais havendo para ser  
1162 tratado o Presidente encerrou a reunião às 17h32min. Nada mais havendo para ser registrado lavrei a  
1163 presente ata que vai assinada pelo Conselheiros presentes.